

BOLETIM ECONÔMICO JANEIRO 2011

A – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGPM, INCC-DI: CONSTRUÇÃO)	03
1 – ÍNDICES DE PREÇOS:	03
1.1 – IPCA: Alimentos e Transporte direcionam a inflação em janeiro de 2011.....	03
1.2 – INPC: Varia 0,94% em janeiro.....	04
1.3 – IGP-M: O Índice Geral de Preços-Mercado registra variação de 0,79% em janeiro, acima da variação de dezembro (0,69%).....	04
2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:	05
2.1 – INCC-DI: Registrou em janeiro taxa de variação de 0,41%, abaixo do resultado do mês anterior 0,67%.....	05
2.2 - CUB - Pará: Inflação da Construção Civil no Estado do Pará medida pelo CUB, iniciou o ano de 2011 com recuo de 0,33%, em relação à variação de dezembro de 2010, 0,45%.....	08
2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, para a Região Norte registrou variação de 0,27% no mês de janeiro de 2011.....	13
3 – CONJUNTURA:	13
3.1 Cenários para 2011.	13
3.2 Balanço geral da Construção em 2010 e as perspectivas para 2011.....	15
3.3 - Mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida, aumentam as opções para o consumidor e atendem reivindicações das construtoras.....	16
3.4 – Vendas do Comércio Varejista de Material de Construção.....	17
4 - EXECUÇÃO DO PAC: Financiamentos habitacionais participam com 48% dos resultados do PAC.....	19
5 - NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:	20
5.1 - Segundo a Celpa o consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém no segundo semestre de 2010 registra uma desaceleração de agosto a dezembro de 2010.....	20
5.2 - Mercado Imobiliário.	22
5.2.1 - Produção Imobiliária do Município de Belém do ano de 2010 foi menor que a referida produção no ano de 2009.....	22
5.2.2 - O aumento de 68,11% das áreas regularizadas pelo CREA no ano de 2010 em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009 é um dos fatores que registra a forte expansão da Construção Civil no ano de 2010.....	24
5.3 – Investimento cria ambiente para crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2010.....	26
5.4 - Concessão de crédito aumenta em 2010 e eleva o crescimento da Construção Civil paraense.....	27
5.5 – Financiamentos Imobiliários do SBPE com recursos da Caderneta de Poupança crescem de 2010 em comparação com 2009 e puxam a expansão da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.	28

5.6 Minha Casa Minha Vida atinge meta de 1 milhão de moradias contratadas.....	29
6 – EMPREGO FORMAL:	34
6.1 - Estado do Pará: Demissões superam contratações em dezembro. No acumulado do ano as estatísticas do CAGED registram um saldo recorde na geração líquida de empregos formais no Estado do Pará.....	34
6.2 - Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense registra desaceleração na criação de empregos com carteira assinada em dezembro de 2010.	36
6.3 - Região Metropolitana de Belém: As demissões superaram as contratações em dezembro na Região Metropolitana de Belém. No acumulado do ano de 2010 as estatísticas de emprego formal da Região Metropolitana de Belém registram recorde na geração líquida de empregos (contratações – desligamentos).....	37
6.4 - Situação dos saldos de emprego no ano de 2010, acumulado até o mês de novembro de 2010, na Construção Civil paraense por cargo, segundo municípios de maior relevância na geração de empregos formais.....	38
7 - INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM	40

**A – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGPM, INCC-DI: Construção).
1 – ÍNDICES DE PREÇOS:**

1.1 – IPCA: Alimentos e Transporte direcionam a inflação em janeiro de 2011.

Os alimentos e serviços voltaram a pressionar a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,83% em janeiro, o maior índice desde Abril de 2005, (0,87%). Em dezembro de 2010, o IPCA registrou alta de 0,63%, no mês de janeiro de 2010, a variação foi de 0,75%. Nos últimos 12 meses, o índice está acumulado em 5,99%, acima da taxa verificada nos 12 meses imediatamente anteriores.

Os grupos alimentação, bebidas e transporte foram os principais responsáveis pelo resultado de janeiro, somando uma contribuição de 0,56 ponto percentual o equivalente a 67,00% do IPCA do mês (0,83%).

Alimentação e bebidas se situaram com 1,16% de alta. Transporte evoluiu de 0,29% para 1,55%, habitação registrou variação de 0,49% para 0,61% e despesas pessoais evoluíram de 0,57% para 0,83%. Trata-se, portanto de uma inflação espalhada. Abaixo, os resultados por grupo de produtos e serviços pesquisados:

TABELA 1

GRUPO	VARIÇÃO (%)		CONTRIBUIÇÃO (p.p)	
	Dezembro	janeiro	Dezembro	Janeiro
Índice Geral	0,63	0,83	0,63	0,83
Alimentação e Bebidas	1,32	1,16	0,31	0,27
Habitação	0,49	0,61	0,06	0,08
Artigos de Residência	0,10	0,25	0,00	0,01
Vestuário	1,34	0,12	0,09	0,01
Transportes	0,29	1,55	0,05	0,29
Saúde e Cuidados Pessoais	0,39	0,47	0,04	0,05
Despesas Pessoais	0,57	0,83	0,06	0,08
Educação	0,05	0,30	0,00	0,02
Comunicação	0,05	0,29	0,00	0,02

Fonte: IBGE

Entre as Regiões pesquisadas Belo Horizonte registrou a maior taxa (1,15%), em razão dos resultados dos ônibus urbanos (6,52%) e intermunicipais (6,72%). A menor ficou com a Região Metropolitana de Porto Alegre (0,47%). Belém registrou variação de (0,86%). A seguir a tabela com os resultados mensais por Região pesquisada:

Tabela 2

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIACÃO (%)	
		Dezembro	Janeiro
Belo Horizonte	10,83	0,35	1,15
Salvador	6,86	0,40	0,95
Rio de Janeiro	13,68	0,69	0,94
São Paulo	33,06	0,70	0,88
Belém	4,15	0,39	0,86
Curitiba	7,42	0,62	0,82
Fortaleza	3,87	0,78	0,66
Goiânia	3,73	0,60	0,56
Recife	4,11	1,07	0,55
Brasília	3,37	0,90	0,53
Porto Alegre	8,92	0,56	0,47
Brasil	100,00	0,63	0,83

Fonte: IBGE

1.2 – INPC: Varia 0,94% em janeiro.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ficou em 0,94% segundo dados divulgados pelo IBGE. O resultado ficou 0,34 ponto percentual acima do registrado em 2010, (0,60%). No acumulado dos últimos 12 meses o IPCA registra alta de 6,53% acima dos 12 meses imediatamente anteriores 6,97%.

As maiores variações ocorrerem nos produtos alimentícios que foi de 1,02% em janeiro, enquanto que os não alimentícios aumentaram 0,90%. Entre as Regiões pesquisadas o maior resultado foi registrado em Belo Horizonte 1,31% em virtude do aumento dos ônibus urbanos 6,52% e intermunicipais 6,52%. O menor índice ficou em Porto alegre 0,33%. Belém o índice registrou variação de 1,00%. A tabela abaixo mostra os índices por Região pesquisada:

Tabela 3

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIACÃO (%)	
		Dezembro	Janeiro
Belo Horizonte	11,08	0,16	1,31
Salvador	10,59	0,39	1,14
São Paulo	25,64	0,74	1,13
Rio de Janeiro	10,16	0,65	1,02
Belém	6,94	0,40	1
Fortaleza	6,39	0,73	0,76
Recife	7,13	1,16	0,69
Curitiba	7,16	0,80	0,64
Goiânia	5,11	0,32	0,61
Brasília	2,26	0,73	0,49
Porto Alegre	7,54	0,46	0,33
Brasil	100,00	0,6	0,94

Fonte: IBGE

1.3 – IGPM –O Índice Geral de Preços-Mercado registra variação de 0,79% em janeiro, acima da variação de dezembro (0,69%).

A inflação medida pelo IGP-M, usado como referência para o reajuste de contratos de aluguel, cresceu 1,00% no segundo mês do ano, após avançar 0,79% no mês de janeiro, acumulando alta de 1,80% no ano e 11,30% em 12 meses. Em 12 meses o índice acumula alta de 11,50% em comparação com alta de 11,32% em dezembro segundo dados divulgados pela FGV.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do IGP-M, evoluiu de 0,76% em janeiro para 1,20% no segundo mês do ano e acumula alta de 1,97% no ano e de 13,93% em 12 meses. As altas de preços mais expressivas ficaram concentradas nas commodities. O milho em grão, o algodão em caroço e o minério de ferro tiveram altas 9,84%, 18,40% e 3,80% respectivamente. As quedas de preços mais expressivas foram apuradas nos suínos (-9,83%), carne bovina (-3,25%) e feijão em grão (-10,25%).

O índice relativo aos bens finais (IPC-M), que responde por 30% do IGP-M, apontou aumento de 0,67% em fevereiro em comparação com alta de 1,08% no mês de janeiro. Segundo a FGV, a desaceleração na taxa do IPC-M de janeiro para fevereiro foi influenciada principalmente por perda de força na inflação dos alimentos de 1,47% para 0,24%. Nessa classe de despesas houve quedas e desaceleração de preços em produtos importante no cálculo da inflação varejistas, como frutas (de 1,87% para -1,41%), carne bovina de -0,58% para -2,91%) e hortaliças e legumes de 9,35% para 6,42%).

Segundo a FGV, entre os produtos mais pesquisados no varejo as altas mais expressivas foram registradas em tarifa de ônibus urbano (3,47%); tomate (18,71%); alface (19,75%). As quedas mais expressivas foram registradas em batata inglesa (-9,91%), limão (-24,29%); file mignon (-12,22%).

O Índice Nacional do Custo da Construção INCC-M, que representa 10% no total do IGP-M, registrou variação de 0,39% em fevereiro, após registrar alta de 0,39% em janeiro. A inflação na Construção Civil medida pelo INCC acumula alta de 0,76% NO ANO E DE 7,46% EM 12 MESES ATÉ FEVEREIRO.

Segundo a FGV, a leve aceleração de preços na construção civil, foi influenciada por taxa de inflação mais intensa em materiais e equipamento e serviços (de 0,42% para 0,65%).

As altas de preços mais expressivas no âmbito do INCC-M foram registradas em condutores elétricos (4,92%), taxas de serviços e licenciamentos 2,12% e vale transporte (2,46%). As mais expressivas quedas de preços foram registradas em Concreto (-0,58%), tubos e conexões de PVC (-0,16%) e tábuas de 3ª (-0,27%).

2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

2.1 - INCC-DI: Registrou em janeiro taxa de variação de 0,41%, abaixo do resultado do mês anterior 0,67%.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) registrou, em janeiro, variação de 0,37%, abaixo do resultado de dezembro, de 0,59%. Dois dos três grupos componentes do índice apresentaram aceleração: materiais e equipamentos (0,09% para 0,22%) e serviços de 0,25% para 1,21%). O índice relativo ao grupo mão de obra registrou desaceleração de 1,08% no mês de dezembro para 0,32% em janeiro.

Quadro 1

Grupos com maiores influências positivas nos resultados do INCC-DI no mês de janeiro/2011

Itens	dezembro (%)	Janeiro (%)
Serventes	0,89	0,38
Vale Transporte	0,05	4,87
Condutores Elétricos	1,91	4,11
Pedreiro	0,78	0,41
Taxas de serviços e licenciamentos	0,00	2,85

Fonte: IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 2

Maiores influências negativas nos resultados do INCC do mês de Jan/2010

Itens	dezembro/10(%)	janeiro/10(%)
Vergalhões e arames de aço ao carbono	-1,81	-1,20
Tubos e conexões de ferro e aço	-0,43	-0,17
Metais para instalações hidráulicas	0,38	-0,15
Madeira para telhados	0,42	-0,11
Placas cerâmicas para revestimentos	0,54	-0,16

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 3

Evolução dos itens de dispêndios do INCC- mês de janeiro/2010

INCC – Todos os itens	Índice Base Ag/94=100	% Mês Anterior	% Mês	% Ano	% 12 Meses
Materiais, equipamentos e serviços	388,893	0,09	0,69	0,69	5,45
Mão-de-obra	545,379	1,28	0,12	0,12	9,79

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 4
Índices de Preços

Índices	Dez/08	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
INCC-DI	<u>407,807</u>	<u>409,166</u>	<u>410,262</u>	<u>409,216</u>	<u>409,042</u>	<u>414,742</u>	<u>417,657</u>	<u>418,757</u>	<u>418,528</u>	<u>419,147</u>	<u>419,405</u>	<u>420,635</u>	<u>421,051</u>
%mês	<u>0,17</u>	<u>0,33</u>	<u>0,27</u>	<u>-0,25</u>	<u>-0,04</u>	<u>1,39</u>	<u>0,70</u>	<u>0,26</u>	<u>-0,05</u>	<u>0,15</u>	<u>0,06</u>	<u>0,29</u>	<u>0,10</u>
%a.a.	<u>11,87</u>	<u>0,33</u>	<u>0,60</u>	<u>0,35</u>	<u>0,30</u>	<u>1,70</u>	<u>2,42</u>	<u>2,69</u>	<u>2,63</u>	<u>2,78</u>	<u>2,84</u>	<u>3,15</u>	<u>3,25</u>
%12m	<u>11,87</u>	<u>11,82</u>	<u>11,67</u>	<u>10,66</u>	<u>9,65</u>	<u>8,98</u>	<u>7,67</u>	<u>6,40</u>	<u>5,10</u>	<u>4,27</u>	<u>3,53</u>	<u>3,32</u>	<u>3,25</u>
CUB/99	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	<u>2.892,86</u>	<u>2.906,74</u>	<u>2.922,73</u>	<u>2.928,57</u>	<u>2.942,63</u>	<u>2.956,46</u>	<u>2.967,10</u>	<u>2.974,22</u>	<u>2.978,68</u>	<u>2.985,83</u>	<u>2.994,19</u>	<u>3.006,37</u>	<u>3.017,59</u>
%mês	<u>0,28</u>	<u>0,48</u>	<u>0,55</u>	<u>0,20</u>	<u>0,48</u>	<u>0,47</u>	<u>0,36</u>	<u>0,24</u>	<u>0,15</u>	<u>0,24</u>	<u>0,28</u>	<u>0,41</u>	<u>0,37</u>
%a.a.	<u>5,90</u>	<u>0,48</u>	<u>1,03</u>	<u>1,23</u>	<u>1,72</u>	<u>2,20</u>	<u>2,57</u>	<u>2,81</u>	<u>2,97</u>	<u>3,21</u>	<u>3,50</u>	<u>3,93</u>	<u>4,31</u>
%12m	<u>5,90</u>	<u>5,84</u>	<u>5,90</u>	<u>5,61</u>	<u>5,53</u>	<u>5,20</u>	<u>4,80</u>	<u>4,50</u>	<u>4,36</u>	<u>4,34</u>	<u>4,17</u>	<u>4,22</u>	<u>4,31</u>
IGP-M	<u>411,575</u>	<u>409,782</u>	<u>410,849</u>	<u>407,808</u>	<u>407,181</u>	<u>406,885</u>	<u>406,486</u>	<u>404,718</u>	<u>403,253</u>	<u>404,945</u>	<u>405,129</u>	<u>405,548</u>	<u>404,499</u>
%mês	<u>-0,13</u>	<u>-0,44</u>	<u>0,26</u>	<u>-0,74</u>	<u>-0,15</u>	<u>-0,07</u>	<u>-0,10</u>	<u>-0,43</u>	<u>-0,36</u>	<u>0,42</u>	<u>0,05</u>	<u>0,10</u>	<u>-0,26</u>
%a.a.	<u>9,81</u>	<u>-0,44</u>	<u>-0,18</u>	<u>-0,92</u>	<u>-1,07</u>	<u>-1,14</u>	<u>-1,24</u>	<u>-1,67</u>	<u>-2,02</u>	<u>-1,61</u>	<u>-1,57</u>	<u>-1,46</u>	<u>1,72</u>
%12m	<u>9,81</u>	<u>8,15</u>	<u>7,86</u>	<u>6,27</u>	<u>5,38</u>	<u>3,64</u>	<u>1,52</u>	<u>-0,67</u>	<u>-0,71</u>	<u>-0,40</u>	<u>-1,31</u>	<u>-1,59</u>	<u>1,72</u>
INPC	<u>2.975,11</u>	<u>2.994,15</u>	<u>3.003,43</u>	<u>3.009,44</u>	<u>3.025,99</u>	<u>3.044,15</u>	<u>3.056,93</u>	<u>3.063,96</u>	<u>3.066,41</u>	<u>3.071,32</u>	<u>3.078,69</u>	<u>3.090,08</u>	<u>3.097,50</u>
%mês	<u>0,29</u>	<u>0,64</u>	<u>0,31</u>	<u>0,20</u>	<u>0,55</u>	<u>0,60</u>	<u>0,42</u>	<u>0,23</u>	<u>0,08</u>	<u>0,16</u>	<u>0,24</u>	<u>0,37</u>	<u>0,24</u>
%a.a.	<u>6,48</u>	<u>0,64</u>	<u>0,95</u>	<u>1,15</u>	<u>1,71</u>	<u>2,32</u>	<u>2,75</u>	<u>2,99</u>	<u>3,07</u>	<u>3,23</u>	<u>3,48</u>	<u>3,86</u>	<u>4,11</u>
%12m	<u>6,48</u>	<u>6,43</u>	<u>6,25</u>	<u>5,92</u>	<u>5,83</u>	<u>5,45</u>	<u>4,94</u>	<u>4,57</u>	<u>4,44</u>	<u>4,45</u>	<u>4,18</u>	<u>4,17</u>	<u>4,11</u>
CUB/06	<u>729,86</u>	<u>732,05</u>	<u>744,41</u>	<u>742,21</u>	<u>743,78</u>	<u>739,05</u>	<u>738,92</u>	<u>734,91</u>	<u>734,71</u>	<u>737,70</u>	<u>756,77</u>	<u>758,66</u>	<u>759,97</u>
%mês	<u>0,67</u>	<u>0,30</u>	<u>1,69</u>	<u>-0,30</u>	<u>0,21</u>	<u>-0,64</u>	<u>-0,02</u>	<u>-0,54</u>	<u>-0,03</u>	<u>0,41</u>	<u>2,59</u>	<u>0,25</u>	<u>0,17</u>
%a.a.	<u>8,65</u>	<u>0,30</u>	<u>2,02</u>	<u>1,69</u>	<u>1,91</u>	<u>1,26</u>	<u>1,24</u>	<u>0,69</u>	<u>0,66</u>	<u>1,07</u>	<u>3,70</u>	<u>3,95</u>	<u>4,13</u>
%12m	<u>8,65</u>	<u>6,82</u>	<u>10,29</u>	<u>11,85</u>	<u>12,75</u>	<u>9,64</u>	<u>9,25</u>	<u>7,41</u>	<u>6,47</u>	<u>2,08</u>	<u>3,08</u>	<u>4,64</u>	<u>4,13</u>
Sinapi-Pa	<u>655,61</u>	<u>656,75</u>	<u>664,10</u>	<u>665,67</u>	<u>666,09</u>	<u>666,45</u>	<u>667,62</u>	<u>669,03</u>	<u>672,61</u>	<u>674,18</u>	<u>694,83</u>	<u>697,00</u>	<u>698,31</u>
%mês	<u>0,37</u>	<u>0,17</u>	<u>1,12</u>	<u>0,24</u>	<u>0,06</u>	<u>0,05</u>	<u>0,18</u>	<u>0,21</u>	<u>0,54</u>	<u>0,23</u>	<u>3,06</u>	<u>0,33</u>	<u>0,19</u>
%a.a.	<u>13,18</u>	<u>0,17</u>	<u>1,29</u>	<u>1,53</u>	<u>1,60</u>	<u>1,65</u>	<u>1,83</u>	<u>2,05</u>	<u>2,59</u>	<u>2,83</u>	<u>5,98</u>	<u>5,28</u>	<u>6,51</u>
%12m	<u>13,18</u>	<u>12,45</u>	<u>12,71</u>	<u>12,81</u>	<u>12,76</u>	<u>12,40</u>	<u>11,22</u>	<u>10,45</u>	<u>9,71</u>	<u>8,96</u>	<u>7,74</u>	<u>5,93</u>	<u>6,51</u>

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 Não permiti divulgação dos índices do C.U.B./99.

Quadro 5 Índices de Preços

Índices	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	NOV/10	DEZ/10	JAN/11
INCC-DI	423,740	425,268	428,476	432,079	439,914	444,718	446,688	447,996	448,222	449,103	450,763	453,766	455,619
%mês	0,64	0,36	0,75	0,84	1,81	1,09	0,62	0,22	0,21	0,20	0,37	0,67	0,41
%a.a.	0,64	1,00	1,76	2,72	4,48	5,62	6,09	6,18	6,45	6,66	7,06	7,77	0,41
%12m	3,56	3,66	4,71	5,63	6,07	6,48	6,67	6,80	6,94	7,08	7,16	7,77	7,52
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	3.040,22	3.063,93	3.079,86	3.097,42	3.110,74	3.110,74	3.111,05	3.112,29	3.126,29	3.149,74	3.175,88	3.195,89	
%mês	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0,00	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	0,83
%a.a.	0,75	1,54	2,06	2,65	3,09	3,09	3,10	3,14	3,60	4,38	5,25	5,91	0,83
%12m	4,59	4,83	5,17	5,26	5,22	4,84	4,60	4,49	4,70	5,20	5,63	5,91	5,99
IGP-M	407,049	411,843	415,734	418,917	423,885	427,489	428,150	431,445	436,423	440,829	447,206	450,301	453,875
%mês	0,63	1,18	0,94	0,77	1,19	0,85	0,15	0,77	1,15	1,01	1,45	0,69	0,79
%a.a.	0,63	1,82	2,78	3,56	4,79	5,68	5,85	6,66	7,89	8,98	10,56	11,32	0,79
%12m	-0,67	0,24	1,94	2,88	4,18	5,17	5,79	6,99	7,77	8,81	10,27	11,32	11,50
INPC	3.124,76	3.146,63	3.168,97	3.192,10	3.205,83	3.202,30	3.200,30	3.197,82	3.215,09	3.244,67	3.278,09	3.297,76	
%mês	0,88	0,70	0,71	0,73	0,43	-0,11	-0,07	-0,07	0,54	0,92	1,03	0,60	0,94
%a.a.	0,88	1,59	2,31	3,05	3,50	3,38	3,31	3,24	3,80	4,75	5,83	6,47	0,94
%12m	4,36	4,77	5,30	5,49	5,31	4,76	4,44	4,29	4,68	5,39	6,08	6,47	6,53
CUB/06	761,29	763,56	766,51	769,11	772,00	774,02	774,42	776,85	806,19	806,99	810,72	814,36	817,07
%mês	0,17	0,30	0,39	0,34	0,38	0,26	0,05	0,31	3,78	0,10	0,46	0,45	0,33
%a.a.	0,17	0,47	0,86	1,20	1,58	1,85	1,90	2,22	6,08	6,19	6,68	7,16	0,33
%12m	3,99	2,57	3,27	3,41	4,46	4,75	5,38	5,74	9,28	6,64	6,86	7,16	7,33
Sinapi(1)	699,84	706,19	708,92	710,89	712,64	716,77	718,94	720,27	748,59	752,54	753,89	755,54	756,84
%mês	0,22	0,91	0,39	0,28	0,25	0,58	0,30	0,18	3,93	0,53	0,18	0,22	0,17
%a.a.	0,22	1,13	1,52	1,80	2,05	2,64	2,95	3,14	7,20	7,77	7,96	8,20	0,17
%12m.	6,56	6,34	6,50	6,73	6,93	7,36	7,46	7,09	11,04	8,31	8,16	8,20	8,38
INCC-M													
%mês												0,59	0,37
%a.a.													0,37
%12m.													7,42

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 não permitiu divulgação dos índices do C.U.B./99.

(1) Sinapi/Pa-IBGE.

2.2 - CUB – Inflação da Construção Civil no Estado do Pará medida pelo CUB, iniciou o ano de 2011 com recuo de 0,33%, em relação à variação de dezembro de 2010, 0,45%.

A inflação da Construção Civil no Estado do Pará iniciou o ano com 0,33% inferior à variação de 0,45% de dezembro de 2010 segundo o SINDUSCON-PA. O custo estadual da Construção por (m²) que em dezembro havia ficado em (814,36) passou para (817,07), sendo R\$ 452,48 relativos a materiais e equipamentos, R\$349,01 referentes a mão de obra e R\$15,58 referentes a despesas administrativas. A parcela dos materiais e equipamentos apresentou variação de 0,64% em relação ao mês anterior enquanto que a Mão de obra se manteve estável sem variação e as despesas administrativas que registraram aceleração de (-1,35%) em dezembro para (1,17%) em janeiro.

Entre os produtos pesquisados para o cálculo do CUB, as mais expressivas elevações de preços na Construção Civil em janeiro no Estado do Pará foram apuradas, nos seguintes itens:

- a) Brita nº 02 em m³ (2,32%)
- b) Bloco cerâmico para alvenaria de vedação 9 cm x 19 cm x 19 cm Un(1,16%)
- c) Vidro liso transparente 4 mm colocado com massa m² (2,40%)

Entre as menores influências nas variações dos preços dos materiais e equipamentos, no mês de janeiro foram identificadas as seguintes:

- a) Aço CA-50 ø 10 mm-Kg- (0,004%).
- b) Bancada de pia de mármore branco 2,00 m x 0,60 x 0,02 m Un(-1,49%).
- c) Janela de correr tamanho 1,20 m x 1,20 m em 2 folhas, em perfil de chapa de ferro dobrada nº 20, com tratamento em fundo anticorrosivo m² (-0,79%).

Quadro 6
Estado do Pará
Indicadores da Construção Civil
Variações anual e em 12 meses
Janeiro 2011

Indicadores da Construção Civil	Variação (%) no ano	Variação (%) em 12 meses
CUB-Pa	0,33	7,33
INCC-DI	0,41	7,52
SINAPI-Pa	0,17	8,38
INCC-M	0,37	7,42

Fontes: Sinduscon – PA, FGV e IBGE.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa FGV

O CUB é um Indicador dos custos da construção civil no Estado do Pará, cujas informações são obtidas por meio de levantamentos junto as construtoras locais, associadas e não associadas ao Sindusconpa.

Em seguida as informações recebem tratamento estatísticos e divulgadas mensalmente de forma consolidada de acordo com a Lei 4.591 e com a Norma Técnica da ABNT NBR 12721:06, tendo como objetivo a produção de informações de custos da construção civil no Estado do Pará, de forma sistematizada. Os custos correspondem aos valores do metro quadrado da construção para os diversos padrões estabelecidos pela ABNT 12721:06 e são utilizados pelo INSS para emissão do CND das obras da construção civil, bem como também, pelas empresas para o preenchimento da documentação do Memorial de Incorporação a ser apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis. Além da possibilidade de utilizá-lo como importante indicador para avaliar a evolução dos custos da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.

Quadro 7
Dispêndios do CUB
Comparativo: Janeiro/dezembro 2011

DESPESAS	Janeiro 2011	% No Mês	Acumulado em 2011
MÃO-DE-OBRA	349,01	0	0
MATERIAIS e EQUIPAMENTOS	452,48	0,64	0,64
DESP. ADMINISTRATIVAS	15,58	1,17	1,17
TOTAL GERAL	817,07	0,33	0,33

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Fonte: Sinduscon-Pa

Quadro 8
Evolução dos Custos Unitários Básicos da Construção Civil
Estado do Pará - NBR 12.721/06

Janeiro/11

Projetos	Padrão de Acabamento	Código	Dezembro	(%) no Mês	(%) no ano
Residenciais					
R – 1 (Res. Unifamiliar)	Baixo	R 1 – B	829,72	0,26	0,26
	Normal	R 1 – N	963,06	0,39	0,39
	Alto	R 1 – A	1.213,94	0,44	0,44
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4 – B	800,64	0,28	0,28
	Normal	PP 4 – N	918,05	0,35	0,35
R – 8 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R 8 – B	768,09	0,24	0,24
	Normal	R 8 – N	817,07	0,33	0,33
	Alto	R 8 – A	1.001,86	0,39	0,39
R – 16 (Res. Multifamiliar)	Normal	R 16 – N	792,43	0,33	0,33
	Alto	R 16 – A	1.062,37	0,40	0,40
PIS (Proj. de Inter. Social)		PIS	559,17	0,24	0,24
RP1Q (Res. Popular)		RP1Q	818,77	0,23	0,23
Comerciais					
CAL-8 (Com. Andar Livre)	Normal	CAL – 8 N	948,40	0,23	0,23
	Alto	CAL – 8 A	1.017,95	0,25	0,25
CSL – 8 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 8 – N	819,96	0,21	0,21
	Alto	CSL 8 – A	894,39	0,21	0,21
CSL – 16 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 16 – N	1.095,91	0,24	0,24
	Alto	CSL 16 – A	1.193,77	0,24	0,24
GI (Galpão Industrial)		GI	481,99	0,15	0,15

FONTE: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

* Não foram incluídos os itens descritos na seção 8.35 da NDR 12.721/06

* Mão-de-obra com encargos sociais

* Os algarismos 1, 4, 8, 16 indicam o número de pavimentos

* Baixo, Normal e Alto são padrões de acabamento

Discriminação dos projetos-padrões, de acordo com a ABNT NBR:
(12.721:2006)

- **Residencial Unifamiliar**

R1-B – Residencial Padrão Baixo: Residência com 1 pavimento, composta de dois dormitórios.

R1-N – Residencial Padrão Normal: Residência com 1 pavimento, composta de três dormitórios.

R1-A – Residencial Padrão Alto: Residência com 1 pavimento, composta de quatro dormitórios.

RP1Q – Residencial Popular: Residência com 1 pavimento composta de um dormitório.

- **Residencial multifamiliar**

PIS – Projeto de Interesse social: Edifício com quatro pavimentos tipo.

PP4-B – Prédio Popular: Edifício com três pavimentos tipos.

PP4-N – (Padrão Normal): Edifício com quatro pavimentos tipo.

- **Residencial multifamiliar**

R8-B – Padrão Baixo: Edifício com sete pavimentos tipo.

R8-N – Padrão Normal: Edifício com 8 pavimentos tipo.

R8-A – Padrão Alto: Edifício com 8 pavimentos tipos.

R16-N – Padrão Normal: Edifício com 16 pavimentos tipo.

R16-A – Padrão Alto: Edifício com 16 pavimentos tipo.

- **Edificação Comercial**

CSL-8 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 8 pavimentos tipo.

CSL-16 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 16 pavimentos tipo.

CAL-8 – Comercial Andar Livre: Edifício com oito pavimentos tipo.

- **Galpão Industrial (GI)**

Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito.

Quadro 9**CUB: Evolução dos custos de materiais e de mão-de-obra****Estado do Pará – Jun/2008 a Jan/2011**

ÍNDICE	CUB PONDERADO			MÃO-DE-OBRA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	DESP. ADM
	Mês/Ano	Valor/m ² R\$	Variação Mensal	Variação Em 12 meses	Valor/m ² R\$		
Jun/08	676,35	0,34	9,13	261,59	-0,17	401,92	12,96
Jul/08	684,22	1,16	10,83	261,15	-0,17	409,72	13,35
Ago/08	690,04	0,85	8,06	261,59	-0,17	410,94	13,17
Set/08	722,69	4,73	11,87	283,49	8,37	426,14	12,63
Out/08	734,14	1,58	12,99	283,49	0,00	431,94	12,63
Nov/08	725,03	-1,24	7,41	283,49	0,00	424,05	12,49
Dez/08	729,86	0,67	8,65	283,49	0,00	427,94	12,96
Jan/09	732,05	0,30	6,82	294,48	3,88	418,80	13,20
Fev/09	744,41	1,69	10,29	294,49	-0,32	436,72	13,20
Mar/09	742,21	-0,30	11,85	295,45	0,33	427,24	14,52
Abr/09	743,78	0,21	12,75	295,45	0,00	433,80	14,52
Mai/09	739,05	-0,64	9,64	295,45	0,00	429,08	14,52
Jun/09	738,92	-0,02	9,25	294,48	-0,33	431,01	13,43
Jul/09	734,91	-0,54	7,41	293,26	-0,41	427,79	13,86
Ago/09	734,71	-0,03	6,47	295,46	0,75	424,73	6,69
Set/09	737,70	0,41	2,08	294,48	-0,33	423,23	14,52
Out/09	756,77	2,59	3,08	318,86	8,28	424,67	13,24
Nov/09	758,66	0,25	4,64	318,22	0,20	427,04	13,40
Dez/09	759,97	0,17	4,13	318,22	0,00	427,44	14,30
Jan/10	761,29	0,17	3,99	318,22	0,00	428,57	14,49
Fev/10	763,56	0,30	2,57	318,22	0,00	430,31	15,03
Mar/10	766,51	0,39	3,27	318,22	0,00	433,26	15,03
Abr/10	769,11	0,34	3,41	318,22	0,00	435,54	15,35
Mai/10	772,00	0,38	4,46	318,22	0,00	438,37	15,41
Jun/10	774,02	0,26	4,75	318,22	0,00	440,32	15,48
Jul/10	774,42	0,05	5,38	318,22	0,00	440,58	15,62
Ago/10	776,85	0,31	5,74	318,22	0,00	443,02	15,61
Set/10	806,19	3,78	9,28	348,36	9,47	442,23	15,60
Out/10	806,99	0,10	6,64	348,36	0,00	443,27	15,61
Nov/10	810,72	0,46	6,86	348,36	0,00	443,27	16,34
Dez/10	814,36	0,45	7,16	349,01	0,19	449,95	15,40
Jan/11	817,07	0,33	7,33	349,01	0,00	452,58	15,58

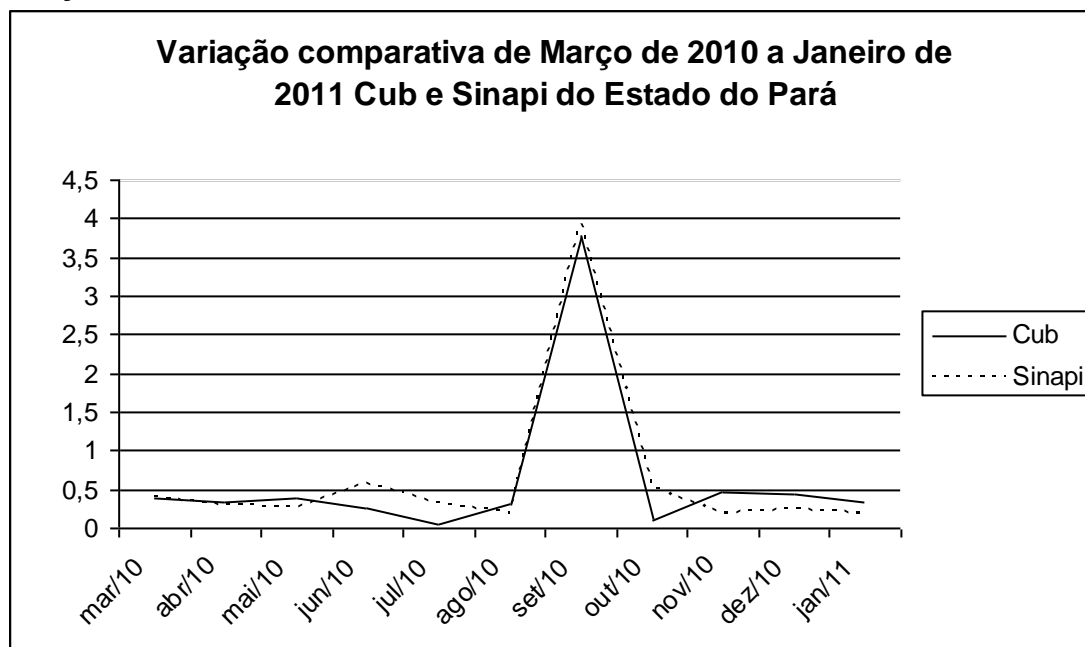
Fonte: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, para a Região Norte registrou variação de 0,27% no mês de janeiro de 2011.

O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, em convênio com a CEF, no mês de janeiro de 2011, registrou variação de 0,27%. O custo do Sinapi no Estado do Pará da Construção por m², passou de R\$ 755,54 em dezembro para R\$756,84 em janeiro. A parcela dos materiais apresentou variação de 0,32% em relação ao mês de dezembro 0,43%, enquanto que a mão de obra registrou variação de 0,15%, passando de 0,05% em dezembro para 0,20% em janeiro.

O custo do Sinapi na Região Norte passou de R\$ 778,78 em dezembro para R\$ 779,58 em janeiro. O custo nacional da Construção por m² que em dezembro havia sido R\$769,06, em janeiro passou para R\$768,44 sendo R\$436,29 relativos aos materiais e R\$332,15 a mão de obra.

Figura 1
Estado do Pará
Março de 2010 a Janeiro de 2011



Fontes: IBGE e Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

3 - CONJUNTURA:

3.1 - Cenários para 2011 (2)

3. Conjuntura

3.1.1 – Setor Externo e taxa de câmbio

A recuperação do ritmo do crescimento das exportações em dezembro permitiu que o saldo comercial de 2010 atingisse US\$20bilhões acima do projetado até novembro. A diferença se explica pela evolução dos termos de troca que já vinham dando sinais de favorecer o Brasil e devem ocorrer ainda em 2011, ao menos no que diz respeito ao comércio. Além disso, as importações tiveram uma queda em dezembro muito fora do comum.

Por outro lado, a trajetória da taxa de cambio para 2011 seguirá dada pelas condições de liquidez global, ou seja, pelo peso relativo do risco europeu e dos Estados Unidos. A perda de eficácia dos instrumentos tradicionais de amortecimento da valorização do real é nítida. O Ministro Mantega já anunciou que há infinitas armas a usar.

3.1.2 – Projeções – Janeiro 2011

	2007	2008	2009	2010E	2011E	2012E
PIB						
PIB – Crescimento Real (%)	6,1	5,1	-0,2	7,6	4,0	6,2
PIB – US\$ - Bi	1.367	1.636	1.577	2.119	2.337	2.567
PIB – R\$	2.661	3.032	3.185	3.726	4.080	4.518
Prod. Industrial (%)	6,0	3,1	-7,4	10,7	4,8	5,1
Investimento – % Real	13,9	13,4	9,9	25,6	8,9	10,4
Investimento - % do PIB	17,2	18,8	16,9	19,8	20,7	21,7
Inflação						
IPCA	4,5	5,9	4,3	5,9	5,0	4,5
IPCA – Administrados	1,7	3,3	4,7	3,1	4,5	4,5
IGPM	7,8	9,8	-1,7	11,31	5,7	5,9
Taxa de Câmbio	1,77	2,34	1,74	1,66	1,73	1,78
R\$/US\$ - Dez	1,77	2,34	1,74	1,66	1,73	1,78
R\$/US\$ - Médio	1,94	1,81	2,01	1,78	1,72	1,76
Taxa de Juro						
Selic (%) – Dez	11,25	13,75	8,75	10,75	11,75	10,75
Selic (%) – Média	11,76	12,61	9,90	9,92	11,94	10,86
Setor Externo						
Balança comercial –US\$ Bi	40	25	25	20	18	30
Exportações – US\$	161	198	153	202	241	282
Importações – US\$ Bi	121	173	128	182	223	251
Exportações – (A/A) (%)	17	23	-23	32	19	17
Importações – (A/A) (%)	32	44	-26	42	23	13
Conta Corrente – US\$ Bi	2	-28	-25	-45	-57	-49

O cenário macroeconômico de curto prazo da economia brasileira parece razoavelmente claro: a inflação deve mostrar arrefecimento por conta da acomodação dos preços dos alimentos; dados de consumo mostraram que as vendas no varejo continuaram a crescer em ritmo acelerado no final do ano; e o Banco Central iniciou o ciclo de elevação da Selic em Janeiro, com 0,5% de alta mostrando a esperada autonomia para conduzir a política monetária.

O cenário conservador do Sinduscon-Pa continua a apontar para mais duas altas de 0,5% nas reuniões seguintes do COPOM, totalizando 2,0% e mantendo-se nesse nível até 2012. No entanto, esse cenário é obviamente mais incerto. A primeira incerteza deriva do efeito de medida de aperto do mercado de crédito na atividade econômica e nas expectativas de inflação. Alguns analistas consideram que o efeito dessas medidas será equivalente a uma elevação relevante da taxa Selic, entre 0,5 e 1,0%. E por conta disso a consideram que o ciclo de alta será modesto, entre 1,5% e 1,0%.

No cenário mais provável adotando o efeito das medidas será menos relevante, por conta da atual expansão da atual dinâmica da oferta de crédito. E mesmo que o efeito das medidas sobre a oferta de crédito seja mais intenso, o impacto disso sobre as expectativas da inflação tende a ser mais limitado, devido ao peso mais relevante dos serviços e alimentos, que possuem baixa correlação com o comportamento do mercado de crédito, nos índices de inflação.

O governo promoveu em 28/02 um ajuste relevante nas contas públicas federais com corte no valor de R\$50,0 bilhões e a decisão de corrigir o salário mínimo em R\$545,00.

Porém há sinais contraditórios em relação a isso, como por exemplo, a intenção de definir o contingenciamento das despesas orçamentárias apenas em março, o que poderá ter efeito negativo sobre as expectativas de inflação. De qualquer maneira, as expectativas em relação ao ambiente doméstico nas próximas semanas também são positivas.

Afinal, o cenário de curto prazo parece razoavelmente claro, e o início de um novo governo sempre alimenta as esperanças de novos avanços estruturais no país.

Quadro 10

Brasil – Histórico e projeções

Cenário Básico (jan – 11)

	2008	2009	2010	2011P	2012P
PIB (%)	5,2	-0,6	7,5	5	5
Dem. Doméstica (%)	7,4	-1	7,0	6,5	6,5
IPCA (% - final)	5,9	4,3	5,91	5,5	5,5
R\$/U\$	1,83	1,99	1,76	1,76	1,85
Selic (% p.a final)	13,75	8,75	10,75	12,75	11
Selic (% p.a – media)	12,5	10,1	9,9	12,3	12,2

Fonte: IBGE, BC

(P) Projeções: SIDUSCON-PA

3.2-Balanco geral da Construção Paraense em 2010 e as perspectivas para 2011.

O volume de financiamentos para a Construção Civil Paraense com depósitos da Caderneta de Poupança, cresceu fortemente desde 2002 até 2010 com exceção do ano de 2009, em decorrência da crise mundial e atingiu R\$ 595.474.230,20 no ano de 2010 acumulado até dezembro. Quadro 17, ultrapassando o volume de crédito contratado em 2008.

Considerando que estes números já representam um desempenho notável para o ano de 2010 é possível projetar volumes de crédito ainda maiores, sendo possível afirmar que o setor progredirá bastante em 2011.

Os empreendimentos de Shopping Centers, previstos para iniciar em 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento 2, o Programa Minha Casa Minha Vida 2, os investimentos em Siderurgia, previstos para a região de Carajás e a construção da Hidrelétrica de belo Monte impulsionarão toda a Cadeia Produtiva da Industria da Construção Civil no Estado do Pará.

Tabela 5
Evolução de PIB Nacional e Estadual

Anos	PIB a preços de mercado	PIB da construção civil	PIB da construção paraense (1)
2008	5,1	8,2	9,0
2009	-0,2	-6,3	1,0
2010	7,5	11,6	10,16

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon-pa

(1) estimado pelo Sindusconpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon

As vendas dos empreendimentos residenciais na Região Metropolitana de Belém devem crescer 7% em 2011, acima do ritmo previsto para o PIB. As vendas e o lançamento de unidades populares devem continuar em destaque, o que demandará cada vez maior agilidade do crédito.

Com relação à comercialização de imóveis da classe de renda alta e daqueles voltados à classe média alta devem permanecer estáveis.

Sobre o programa Minha Casa Minha Vida, que impulsionou as vendas em 2010, importante medida foi adotada com a readequação dos limites do programa.

Outro desafio enfrentado para o setor é a escassez de terrenos em condições favoráveis para incorporação, aumentando o coeficiente de aproveitamento dos terrenos. Isto é possível com maior ocupação de áreas com infra-estrutura instalada e ociosa. A formação de mão de obra está a requerer maiores investimentos.

3.3 – Mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida, aumentam as opções para o consumidor e atendem reivindicações das construtoras.

O governo aprovou novos tetos para os financiamentos de Imóveis para MCMV com recursos do FGTS. A mudança vai de encontro à reivindicação das construtoras que alegavam ser difícil viabilizar projetos com os patamares estabelecidos anteriormente.

O valor máximo para a operação passou de 130 mil para 170 mil nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Nas demais capitais e em cidades com mais de 1 milhão de habitantes, o aumento foi de 130 mil para 150 mil reais. O quadro abaixo mostra as mudanças que serão efetivadas:

Quadro 1

	Novo limite (R\$)	Limite anterior (R\$)
Região metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro ou Distrito Federal.	170.000	130.000
Capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes	150.000	130.000
Municípios com mais de 250 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas	130.000	100.00
Municípios com mais de 50 mil habitantes	100.000	80.000
Demais cidades do país	80.000 (Não houve alteração)	

Fonte: Ministério das Cidades; www.estadao.com.br.../11/02/2011.

Segundo Élson Ribeiro presidente do SINDUSCON-DF, “o MCMV oferece dois atrativos: as menores taxas do mercado e o subsídio do governo”.

“Como a venda é facilitada, nenhuma construtora pode deixar de mirar esse nicho por falta de vontade.” Mas foram três anos sem correção, apesar do aumento nos terrenos e nos materiais de construção ter superado os índices de inflação. A partir dessa medida, mais unidades habitacionais serão ofertadas, aumentando as opções para o consumidor. (www.estadao.com.br, acesso em 11/02/2011).

3.4 – Vendas do Comércio Varejista de Material de Construção.

O volume de vendas do Comércio Varejista de Material de Construção do país que no ano de 2009, foi fortemente atingido pela crise internacional, registrou aceleração no ritmo de crescimento em 2010 na trajetória do primeiro até o terceiro trimestre, com variações de 15,0%, 16,8% e 17,3% respectivamente. No terceiro para o quarto trimestre o volume de vendas do comércio varejista de materiais de construção, registra desaceleração para 13,5% do terceiro trimestre para o quarto trimestre.

No acumulado de 2010, em relação a igual período de 2009, registra um crescimento de 15,6%.

O contexto macroeconômico que basicamente, influenciou esse resultado, segundo o IBGE foi a recuperação da Indústria da Construção Civil frente à crise financeira e o incentivo governamental através da redução do IPI para uma cesta de material de construção, que continua vigorando até os dias de hoje.

Quadro 2
Brasil

Indicadores do volume de vendas do comércio Varejista de Material de Construção.

Período	Taxa de variação (%)
1 tri*	15,0
2 tri*	16,8
3 tri*	17,3
4 tri*	13,5
Acumulado em 2010/2009	15,6

Fonte: IBGE

* Em relação ao mesmo período de 2009.

A receita nominal de vendas do Comércio Varejista de Material de Construção acumulou alta de 20,6% no ano de 2010 em relação ao ano de 2009, segundo dados da pesquisa mensal do Comércio (PMC-IBGE). Este desempenho acompanha o crescimento das macrovariáveis como a renda e o emprego, mostrando o fortalecimento do mercado interno do setor.

Quadro 3

Brasil

Indicadores da receita nominal de vendas do Comércio Varejista de Material de Construção.

Período	Taxa de variação (%)
Out10/out09	14,3
Nov10/Nov09	21,4
Dez10/Dez09	21,6
Acumulado em 2010/2009	20,6

Fonte: IBGE

4 – EXECUÇÃO DO PAC:

Financiamentos habitacionais participam com 48% dos resultados do PAC

Dados divulgados em (10/12/2010) pelo governo Federal mostram que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverá atingir no final do mês de dezembro um total de R\$ 444 bilhões aplicados em ações concluídas, o que representa 68% da meta inicial de R\$ 657,4 bilhões prevista no programa 2007/2010.

Outros R\$ 175 bilhões deverão ser pagos por empreendimentos ainda em andamento. A soma, R\$ 619 bilhões, corresponderá a 94% do previsto para os quatro anos de programa. No entanto, a maior parte do que já foi desembolsado não está relacionada a obras bancadas pelos governos federal, estaduais e municipais, ou pelas empresas estatais e do setor privado.

Até o mês de novembro, segundo site Contas abertas: (www.contasabertas.com.br) a rubrica que carrega 48% das aplicações em projetos “concluídos” é a de empréstimos habitacionais a pessoas físicas, estimados R\$ 217 bilhões até o final do ano de 2010.

Se excluídos os empréstimos aos cidadãos, tanto do montante previsto quanto da execução, a proporção de valores de empreendimentos concluídos passa de 68% para 52% (R\$ 227,1 bilhões desembolsados) diante do valor global estimado, inicialmente, para o período de 2007 a 2010.

O montante é superior, por exemplo, ao montante investido em infra-estrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, etc) e energética (petróleo, energia elétrica, etc). Em 2010 os empreendimentos concluídos estão estimados em totalizam R\$ 213,9 bilhões nos dois setores.

Além dos R\$ 216,9 bilhões referentes aos empréstimos, dos valores efetivamente desembolsados até o fim da gestão Lula, as estatais serão responsáveis por R\$ 202,8 bilhões. Já as empresas privadas concluirão sua participação no PAC 1 com R\$ 128 bilhões.

Enquanto isso, os pagamentos que saíram do Orçamento Geral da União (PAC Orçamentário) deverão ultrapassar R\$ 55 bilhões. As contrapartidas dos estados e municípios, que, curiosamente, em dezembro de 2009 atingiu R\$ 11,1 bilhões segundo o governo, cairão para R\$ 9,3 bilhões, seguido dos R\$ 7 bilhões de financiamentos ao setor público (**Quadro 11**).

Habitação popular foi só 0,1% do total

Apesar dos bons resultados apontados para a habitação, a construção de casas novas em programas de habitação popular, que deverão chegar a apenas R\$ 353,5 milhões ao fim de dezembro, representarão 0,1% do total, de acordo com o balanço de quatro anos do programa.

Para os especialistas, ao incluir o financiamento habitacional no PAC, o governo está apenas aumentando seus números, sem criar nada de novo, já que uma das obrigações do sistema financeiro público e privado é emprestar parte dos depósitos em caderneta de poupança para a compra de imóveis, novos e usados.

Quadro 11

Execução do PAC

Discriminação	Total até mai/10	Estimativa até dez/10	%dez/10
logística	46100,00	65.400,00	15%
Rodovias	32.900,00	42.900,00	10%
Marinha Mercante	11.600,00	17.000,00	4%
Ferrovias	1.150,00	3.400,00	1%
Aeroportos	272,00	281,90	0,00%
Portos	123,70	789,10	0,00%
Hidrovias	32,40	965,00	0,00%
Energia	91500,00	148.500,00	33%
Campos de petróleo e gás natural	31.800,00	57.100,00	13%
Geração de Energia	14.500,00	26.400,00	6%
Refino	10.400,00	23.600,00	5%
Combustíveis renováveis	8.900,00	10.100,00	2%
Transmissão de Energia	5.200,00	7.000,00	2%
Gasodutos	17.000,00	19.100,00	4%
GNL	3.100,00	3.100,00	1%
Petroquímica	427,10	2.100,00	0,00%
HBIO	55,30	55,30	0,00%
Estudo de inventário	38,70	46,30	0,00%
Estudo de viabilidade	55,80	216,50	0,00%
Social e Urbano	164.900,00	230.100,00	52%
Financiamento Habitacional para pessoas físicas e SBPE	157.900,00	216.900,00	49%
Luz para todos	4.600,00	6.600,00	1%
Recursos Hídricos	888,30	2.000,00	0,00%
Saneamento	823,70	1.500,00	0,00%
Metrô	572,80	2.700,00	1%
Habitação	66,20	353,50	0,10%
Total	302.500,00	444.000,00	100%

Fonte: Comitê Gestor do PAC

5. NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:

5.1 – Segundo a Celpa o consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém no segundo semestre de 2010 registra uma desaceleração de agosto a dezembro de 2010.

O consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém a partir de agosto de 2010 teve a seguinte evolução: Setembro comparado com agosto registra aumento de 7,87%. Outubro em relação a setembro um crescimento de 2,45%. De novembro em comparação com outubro aponta uma alta de 0,11%. De dezembro em relação a novembro teve uma redução de 2,91%.

Verifica-se, portanto um movimento de desaceleração no consumo de energia elétrica no segundo semestre de 2010, na Indústria da Construção Civil em Belém e que se deve a ajustes na produção deste segmento.

No ano até o mês de dezembro, o consumo de energia elétrica da Construção Civil, em Belém, avançou 119,77% no período de 2010 em relação a 2009, inferior a evolução de 165,95% nos 12 meses imediatamente anteriores.

O consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém apresentou taxa de crescimento de 119,87% em relação a igual período do ano de 2009, em decorrência do aquecimento da economia, como também pela base depreciada do ano de 2009.

Na classe Construção de Edifícios no mês de dezembro, o consumo subiu 131,07% em relação ao mesmo intervalo de tempo do ano de 2009. O maior crescimento do acumulado do ano até dezembro em relação ao mesmo período de 2009 foi da classe de consumo Obras de acabamento e serviços auxiliares da construção (237,87%).

Na classe Preparação de terreno houve uma queda de 79,84% no consumo de energia elétrica no acumulado do ano em relação ao mesmo intervalo de tempo do ano de 2009.

Quadro 12
Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil
Mês de Dez/10 – Belém

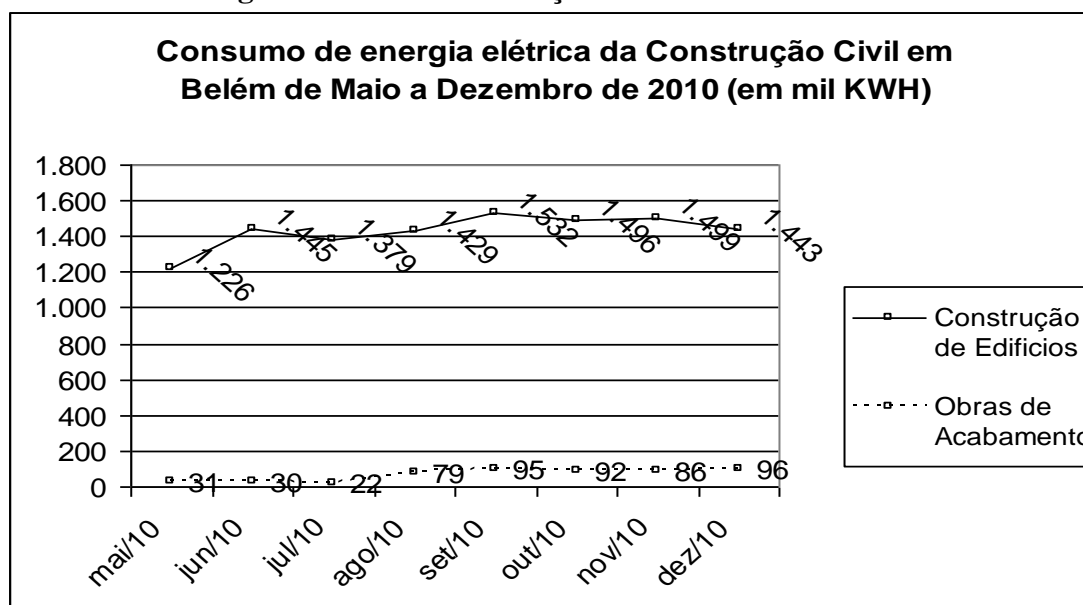
Classes de consumo	Consumo Faturado (KWH) Dez/10	Var. no mês %	Var. no ano %	Por ordem no CNAE (...)
Construção de Edifícios, Obras Eng. Civil	1.443.288	-3,09	131,07	2º
Obras de acab. e Serviços auxiliares da construção	96.369	315,06	237,87	5º
Obras de Instalações	7.949	30,23	11,35	4º
Preparação de Terreno	277	-85,34	-79,84	1º
Total	1.547.883	-2,91	119,77	

Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(...) Classificação Nacional das Atividades Econômicas

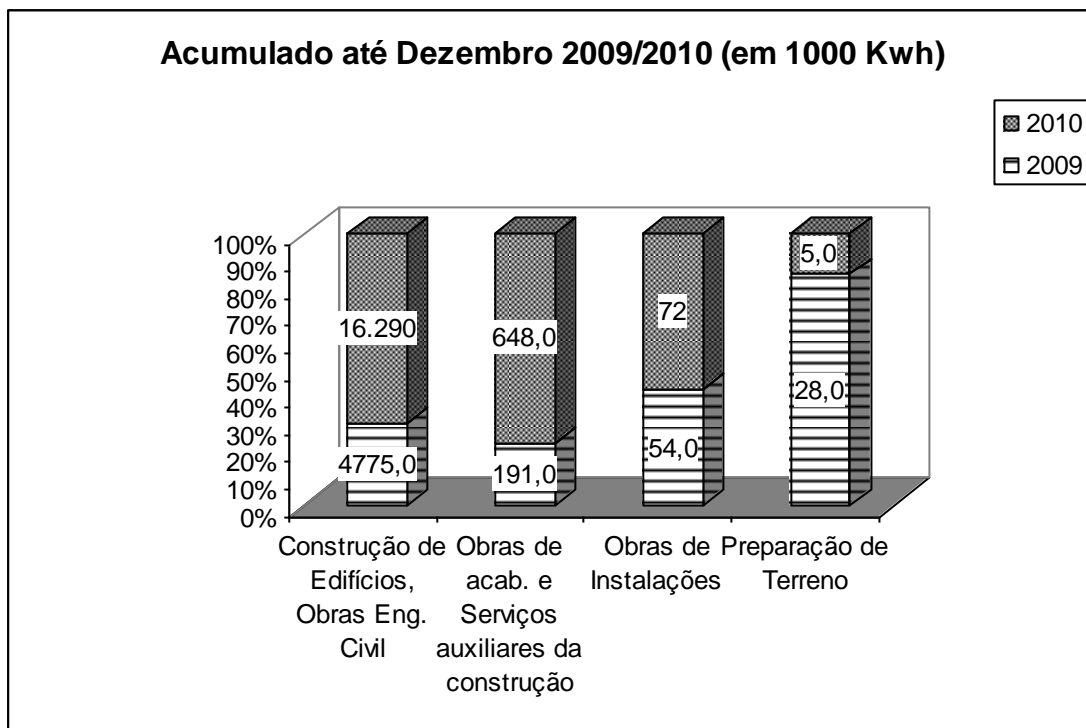
Figura 2
Estado do Pará
Consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém 2010.



Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 3
Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil
Acumulado no ano de 2019/2010 até Dezembro.
Belém



Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.2 - Mercado imobiliário:

5.2.1 – Produção Imobiliária do Município de Belém do ano de 2010 foi menor que a referida produção no ano de 2009.

A produção imobiliária do Município de Belém, no mês de dezembro, de acordo com os dados de certificados de habite-se emitidos pela SEURB atingiu 166 unidades, com o crescimento de 74,74% na comparação com novembro de 2010.

No ano até dezembro de 2010, a produção imobiliária de Belém medida pelos certificados de habite-se emitidos pela SEURB alcançou 1.766 unidades, com queda de 2,05%, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009. A queda evidenciada foi influenciada pela conclusão do empreendimento Boulevard Shopping no ano de 2009, considerado o maior empreendimento imobiliário da Região Metropolitana de Belém.

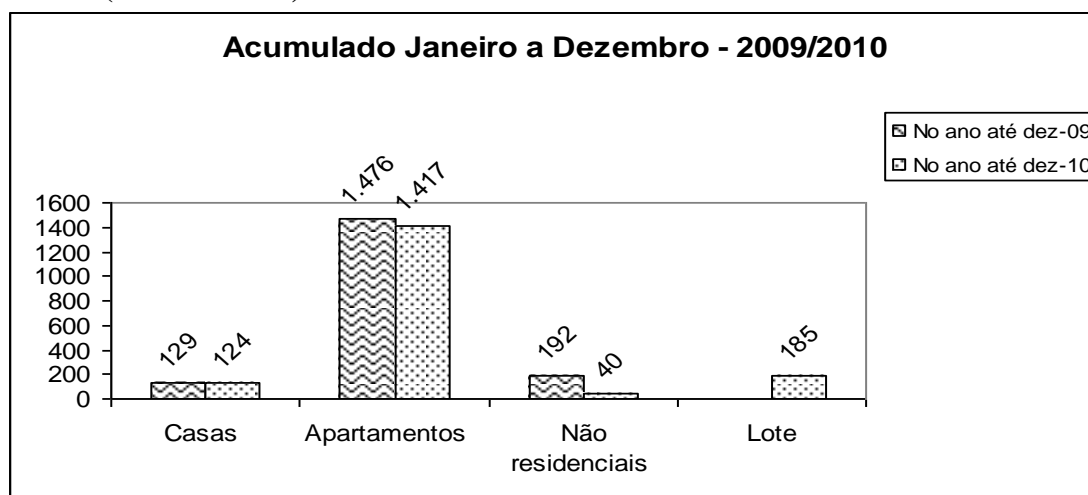
Quadro 13
Produção Imobiliária (1)
Belém
Dezembro de 2010

Unidades Habitacionais	Dez/10	Nov/10	%	Até Dezembro/10	Até Dezembro/09	%
Casas Quant. M ²	6 1.636,68	14 2.562,67	-57,14 -36,13	124 24.061,29	129 18.210,31	-3,88% 32,13%
Apartamentos Quant. M ²	156 22.982,55	80 13.833	95 66,14	1.417 264.331,79	1.476 250.452,97	-0,04%, 5,54%
Total Quant. M ²	162 24.619,23	94 16.395,67	72,34 50,16	1.541 288.393,08	1.605 268.663,28	-4,58% 7,34%
Não Residencial Quant. M ²	4 1.873,81	1 706,38	4 165,08	40 48.088,43	192 146.480,55	-79,17% -67,17%
Lotes Quant. M ²	--- ---	--- ---		185 57.708,58		--- ---
Total Quant. M²	166 26.493,04	95 17.102,05	74,74 54,91	1.766 394.190,09	1.803 415.143,83	-2,05% -5,08%

Fonte: SEURB (Secretaria Municipal de Urbanismo)

(1) Com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB – Belém

Figura 4
Produção Imobiliária com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB
Janeiro a Dezembro (2009 e 2010)
Belém (Em unidades)



Fonte: SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.2.2 – O aumento de 68,11% das áreas regularizadas pelo CREA no ano de 2010 em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009 é um dos fatores que registra a forte expansão da Construção Civil no ano de 2010.

As áreas regularizadas dos empreendimentos da Construção Civil paraense pelo CREA até o mês de dezembro de 2010 totalizaram 5.598.334,95 m², com crescimento de 68,11% na comparação com o mesmo intervalo de tempo do ano de 2009.

A elevada taxa de crescimento das áreas regularizadas pelo CREA-PA dos empreendimentos da construção civil paraense em 2010, reflete o aquecimento da construção civil paraense e por efeito da crise internacional a baixa base de comparação do ano de 2009.

As Inspetorias que influenciaram positivamente no aumento da participação relativa das áreas regularizadas pelo CREA-PA foram : Ananindeua cujo a participação relativa evoluiu de 8,27% em 2009 para 30,59% em 2010. A forte concentração de projetos do Programa Minha Casa Minha Vida em Ananindeua e em outros municípios próximos do Município de Ananindeua, são fatores que influenciaram as mudanças acima analisadas.

A inspetoria de Parauapebas aumentou a participação relativa de 9,88% em 2009 para 16,08% em 2010. O aumento das exportações minerais do município de Parauapebas no ano de 2010 vem impulsionando toda a cadeia produtiva da Indústria da Construção Civil na Região de Carajás.

A inspetoria de Castanhal com participação relativa de 2,98% no total das áreas regularizadas pelo CREA em 2009, evoluiu para 4,97% no total das áreas regularizadas no ano de 2010. Os conjuntos habitacionais populares em implantação no município contribuíram para a melhoria evidenciada.

Os municípios que tiveram influencia negativa nas áreas regularizadas pelo CREA foram: Belém, que no ano de 2009 teve participação de 42,58%, registrou um recuo para 25,74% no mesmo intervalo de tempo no ano de 2010. O município de Marabá que teve uma participação relativa de 5,53% em 2009, registrou um recuo para 2,56% no mesmo intervalo de tempo em 2010.

Quadro 14

**Total (em m²) dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA – Pa.
Período de 2006 a 2011.
Mês de Janeiro.**

Inspetorias	2006 M ²	2007 M ²	2008 M ²	2009 M ²	2010 M ² (1)	2011 M ²
Altamira	11.092,65	23.396,36	17.529,53	62.367,86	117.901,93	
Ananindeua	204.096,30	85.679,66	267.890,79	275.258,84	1.710.389,02	
Barcarena	105.798,88	154.545,50	
Belém	206.973,23	547.072,60	854.542,19	1.417.098,89	1.441.581,93	
Capanema	...	44.681,32	141.810,87	227.132,73	278.515,67	
Castanhal	37.038,27	18.350,07	103.003,62	99.129,08	226.122,80	
Marabá	31.348,36	46.344,89	182.748,70	183.921,91	143.453,92	
Paragominas	14.878,34	19.508,03	42.053,78	132.072,76	140.921,09	
Parauapebas	174.116,65	133.658,99	253.635,43	328.933,90	900.659,08	
Santarém	81.514,47	114.412,41	138.003,39	130.109,48	125.410,65	
Tucuruí	48.313,13	68.729,74	74.917,36	63.460,66	83.074,69	
Outros	34.790,88	53.646,17	282.607,00	304.950,40	275.758,67	
Total anual	840.158,08	1.110.798,92	2.358.742,66	3.330.234,97	5.598.334,95	

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

(<http://www.creapa.com.br/creapa/estatistica/artempreendimentos.aspx>)

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

(1) Até 09/02/2011

Quadro 15

Estado do Pará.

**Participação Relativa das inspetorias no montante dos empreendimentos da
Construção Civil regularizados pelo CREA-PA.**

Período: 2005 a 2010

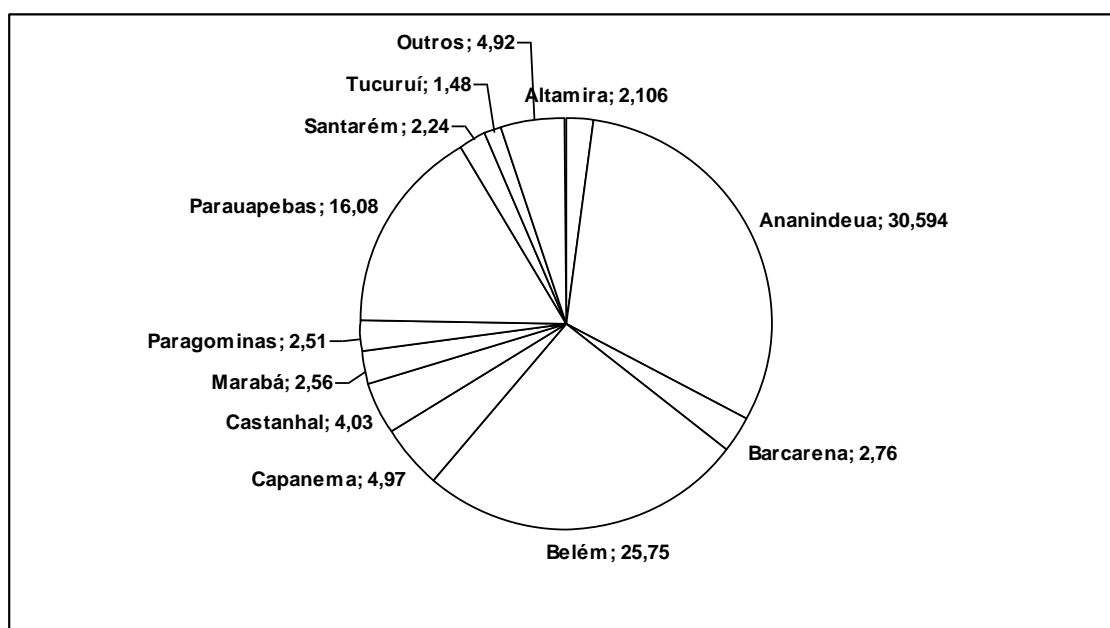
INSPETORIAS	PART. RELATIVA 2005 %	PART. RELATIVA 2006 %	PART. RELATIVA 2007 %	PART. RELATIVA 2008 %	PART. RELATIVA 2009 %	PART. RELATIVA 2010 % (1)
Altamira	1,78	1,47	2,15	0,74	1,87	2,106
Ananindeua	6,31	23,67	7,82	11,37	8,27	30,594
Barcarena	3,12	2,76
Belém	33,14	24,94	49,18	36,79	42,58	25,75
Capanema	6,82	4,97
Castanhal	4,96	4,49	1,69	4,37	2,98	4,03
Marabá	2,33	3,41	3,38	7,75	5,53	2,56
Paragominas	5,80	1,80	1,77	1,78	3,97	2,51
Parauapebas	21,19	21,15	12,32	10,76	9,88	16,08
Santarém	8,59	9,24	10,51	5,86	3,91	2,24
Tucuruí	9,67	5,69	6,29	3,18	1,91	1,48
Outros	8,01	4,14	4,89	18,01	9,16	4,92
TOTAL ANUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

(1) Até 03/01/2010

Figura 5
Participação relativa das inspetorias no montante dos empreendimentos da
Construção Civil regularizados pelo CREA-PA
Acumulado no ano até Janeiro de 2011



Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

5.3 — Investimento cria ambiente para crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2010.

PIB recuou no terceiro trimestre e cresce 0,5% na comparação com o crescimento de 1,2% do 2º trimestre. Alcançando R\$937.216 bilhões. Os destaques foram os serviços (1,0%), enquanto a indústria e a agropecuária, registraram quedas de 1,3% e 1,5% respectivamente.

Na comparação com o terceiro trimestre de 2009, PIB teve um crescimento de 6,7%. A Indústria da Construção Civil teve uma queda de 2,3% no terceiro trimestre em relação ao 2º trimestre. A comparação do terceiro trimestre de 2010, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009, destaca o crescimento da Indústria da Construção que registra um crescimento de 9,6% e foi um dos principais motores da economia, juntamente com a Indústria Extrativa Mineral que aumentou 16,6%. O aumento da Indústria da Construção Civil é explicado pela expansão de 29,3% do crédito direcionado para o segmento, segundo o IBGE.

Nessa comparação todas as atividades de serviços registraram variações positivas. O segmento de serviços de imobiliária e de aluguel, integrante da cadeia produtiva da Construção Civil registra uma expansão de 1,5%, na comparação com o terceiro trimestre de 2009.

No acumulado do ano até setembro de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, o PIB cresceu 8,4%. Os destaques foram: a indústria extrativa mineral (16,0%), a construção civil (13,6%) e a indústria de transformação (13,5%).

O aumento dos investimentos estimulados pelo Governo e a contratação de pessoal sinalizam que as condições para o crescimento estão dadas, onde se destacam o crescimento do emprego formal, os salários, os investimentos e a concessão de crédito que continua elevada.

As condições estruturais para sustentar um crescimento forte pode ser visualizado pela análise dos componentes da demanda doméstica do terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para o consumo das famílias que cresceu 5,9%, o que segundo o IBGE registra a 28ª variação positiva e consecutiva.

Aliado a outro fator que contribuiu para explicar esse crescimento que foi o aumento da massa salarial real de 10,3% no terceiro trimestre de 2010 e o aumento de 17,1% das operações de crédito, bem como o consumo da administração pública que cresceu 5,1%.

O principal destaque foi o desempenho da formação bruta do capital fixo 21,2%. Dentre os fatores que contribuem para explicar esse crescimento destacam-se a expansão da importação e da produção interna e da importação de máquinas e equipamentos, além da baixa base de comparação do terceiro trimestre de 2009

Dados divulgados pelo IBGE apontam que a Indústria da Construção Civil registrou crescimento de 16,4% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2010, o setor cresceu 15,7% em relação aos primeiros seis meses de 2009, sendo considerado o setor que teve a maior expansão.

Existe uma série de fatores que contribuirão para a expansão do produto, dentre os quais podemos mencionar o elevado déficit habitacional e de infra-estrutura urbana como um todo que precisa ser preenchido.

Esse conjunto de fatores cria um horizonte de crescimento da demanda doméstica, num contexto de estabilidade macroeconômica.

Problemas com falta de mão-de-obra especializada para setores, como é o caso da Construção Civil, ocorrem, mas são ajustadas durante o transcorrer do crescimento econômico.

Depois de um quadro econômico péssimo, no qual os investimentos caíram fortemente e de maneira imediata, tão logo explodiu a crise mundial, no fim de 2008. O investimento é a variável mais sensível que denota a expectativa dos agentes quanto ao futuro. Como naquele momento de queda o quadro internacional era de pessimismo, com instituições falindo e toda a atividade desmoronando, o investimento despencou até atingir o fundo do poço no primeiro trimestre de 2008, mas o governo estimulou o investimento e a resposta veio rapidamente.

5.4 – Concessão de crédito aumenta em 2010 e eleva o crescimento da Construção Civil paraense.

Dados divulgado pelo IBGE e estimativas do Sinduscon-PA registram crescimento de 9,4% no terceiro trimestre de 2010 do PIB da Construção Civil paraense, em relação ao terceiro trimestre de 2009.

Pode-se mencionar uma série de fatores que contribuíram para o elevado crescimento da Construção paraense no terceiro trimestre 2010, onde se destacam a alta na ocupação do emprego formal da Construção Civil com crescimento de 16,70%, que propiciou um aumento da massa de salários com forte expansão das unidades habitacionais financiadas no Estado do Pará (Quadros 21 e 22).

O aumento da Indústria da Construção Civil paraense, segundo o Banco central é explicado pela expansão do crédito direcionado para o segmento. Outro fator importante que está contribuindo para a expansão do PIB da Construção Civil do Estado do Pará é a recuperação da economia da Região de Carajás, depois de uma forte queda após a explosão da crise mundial, vem mostrando uma melhoria, onde Parauapebas foi

responsável pela criação de 1.158 empregos com carteira assinada no segmento da Construção em 2010, até agosto.

Quadro 16
PIB da Construção Paraense
2008, 2009 e 2010 Valores correntes.

PERÍODO	PIB (1)	PIB do Estado do Pará (2)	PIB da Const. Civil Paraense (2)
	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)
1º trim/08	665.500,00	12.444,00	823,40
2º trim/08	729.586,00	13.643,00	905,70
3º trim/08	747.337,00	13.975,00	924,30
4º trim/08	747.152,00	13.971,00	957,67
PIB/08	2.889.719,00	54.037,00	3.581,07
1º trim/09	717.431,00	13.415,95	890,81
2º trim/09	778.964,00	14.566,62	967,22
3º trim/09	797.020,00	14.904,27	989,64
4º trim/09	849.600,00	15.887,52	1.054,93
PIB/09	3.143.000,00	58.774,36	3.902,60
1º trim/10	826.400,00	15.536,42	997,70
2º trim/10	900.700,00	16.933,16	1.117,58
3º trim/10	937.216,00	17.713,38	1.169,08

Fonte: (1) IBGE

(2) Estimativa do Sinduscon-Pa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.5 – Financiamentos Imobiliários do SBPE com recursos da Caderneta de Poupança crescem de 2010 em comparação com 2009 e puxam a expansão da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.

O volume de financiamentos para a Construção Civil Paraense com recursos da caderneta de poupança cresceu fortemente desde 2002 e atingiu R\$595.474.302,00 no ano de 2010, acumulado até dezembro, superando os valores de financiamentos contratados de 2008 até dezembro, R\$ 472.069.851,00. **Tabela 6.**

Em 2009, a crise mundial reduziu os financiamentos habitacionais. O ano de 2009 em relação a 2008, teve uma queda de 43,05%, no entanto em 2010 o volume de crédito contratado já ultrapassou o total de financiamentos de 2008. **Tabela 6.**

Tabela 6
Estado do Pará
Financiamentos Habitacionais com recursos da Caderneta de Poupança.
Período de 2002 a 2010.

ANOS	FINANCIAMENTOS (R\$)	% (a.a)
2002	2.362.715	-
2003	6.416.867	171,59
2004	5.899.566	-8,06
2005	9.786.207	65,88
2006	63.543.261	549,31
2007	210.535.749	231,33
2008	472.069.851	124,22
2009	268.836.061	-43,05
2010	595.474.302	121,50

Fonte: Banco Central

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

No segundo semestre de 2010 os valores das operações de crédito imobiliário com recursos da Caderneta de Poupança registraram desaceleração, com variação de (-1,96%) para construção e (-21,65%), para aquisição no mês de setembro para o mês de agosto. No mês de outubro em relação a setembro os financiamentos da construção registraram uma queda maior de (-31,30%) e para aquisição uma redução de (-6,82%). No mês de novembro em relação a outubro os financiamentos para construção tiveram uma queda maior ainda de (-70,01%) e para aquisição um crescimento de (33,16%). No mês de dezembro em comparação com o mês de novembro as estatísticas do BC e da do SBPE, mostram um crescimento de 142,91%.

Com relação ao número de unidades financiadas verifica-se que no mês de setembro em comparação com agosto o número de unidades financiadas evoluiu (22,00%). Por tipo de financiamento as unidades financiadas em setembro para construção em relação a agosto aumentaram de (43,46%) enquanto que as unidades financiadas para aquisição tiveram uma queda (-21,11%). No mês de outubro em relação a setembro as estatísticas dos financiamentos do BC para construção registram quedas de (-63,45%), e as unidades financiadas para aquisição (-9,86%) respectivamente. No mês de novembro em relação a outubro ocorreu uma queda de (-13,61%). Nos financiamentos a construção no mesmo intervalo de tempo teve uma queda de (-38,58%). E os financiamentos para aquisição registraram um crescimento de (35,94%). No mês de dezembro as unidades habitacionais financiadas tiveram uma alta de 94,85%.

No ano até dezembro de 2010 em comparação com o mesmo intervalo de tempo com do ano de 2009 os valores financiados cuja fonte é a Caderneta de Popança expressam uma expansão de (193,49%). Por tipo de financiamento verifica-se que no mesmo período de análise os financiamentos para construção cresceram (172,96%) enquanto que os financiamentos para aquisição cresceram (42,89%).

Quadro 17
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários do SBPE
Em Dezembro de 2010
Em R\$1.000,00

Tipo de Financiamento	Dezembro /10	Variação %	Em 09 até Dezembro (b)	Em 10 até Dezembro (a)	a/b (%)
Construção	49.996.563	466,44	127.142.595	347.052.886	172,96
Aquisição	30.716.368	25,88	173.849.438	248.421.416	42,89
Total	80.712.931	142,91	202.892.033	595.474.302	193,49

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Quadro 18
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários para Aquisição e Construção
Número de unidades financiadas pelo SBPE.
Em Dezembro de 2010

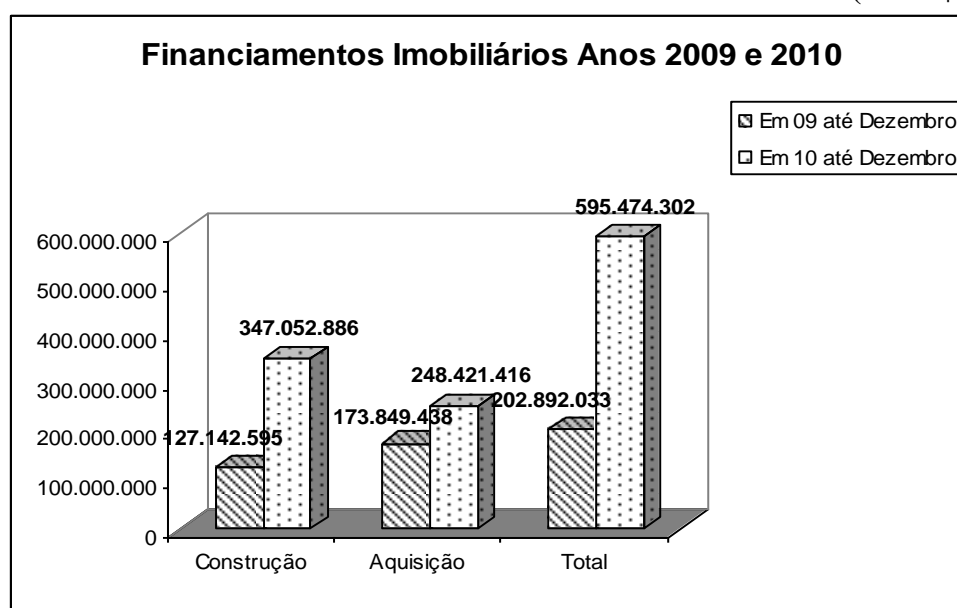
Tipo de Financiamento	Dezembro/10	Variação %	Em 09 até Dezembro (b)	Em 10 até Dezembro (a)	a/b (%)
Construção	440	182,05	845	4.890	478,70
Aquisição	203	16,67	1.448	1.781	23,00
Total	643	94,85	2.293	6.671	190,93

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 6
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários
No ano de 2010 acumulado até Dezembro.

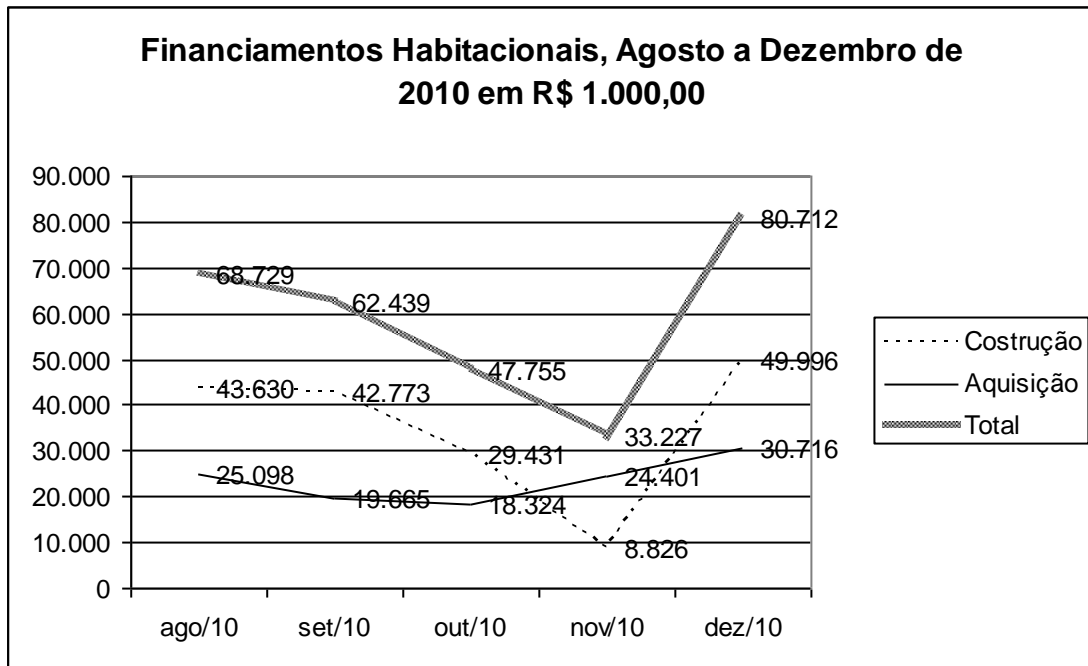
(Em R\$1.000)



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

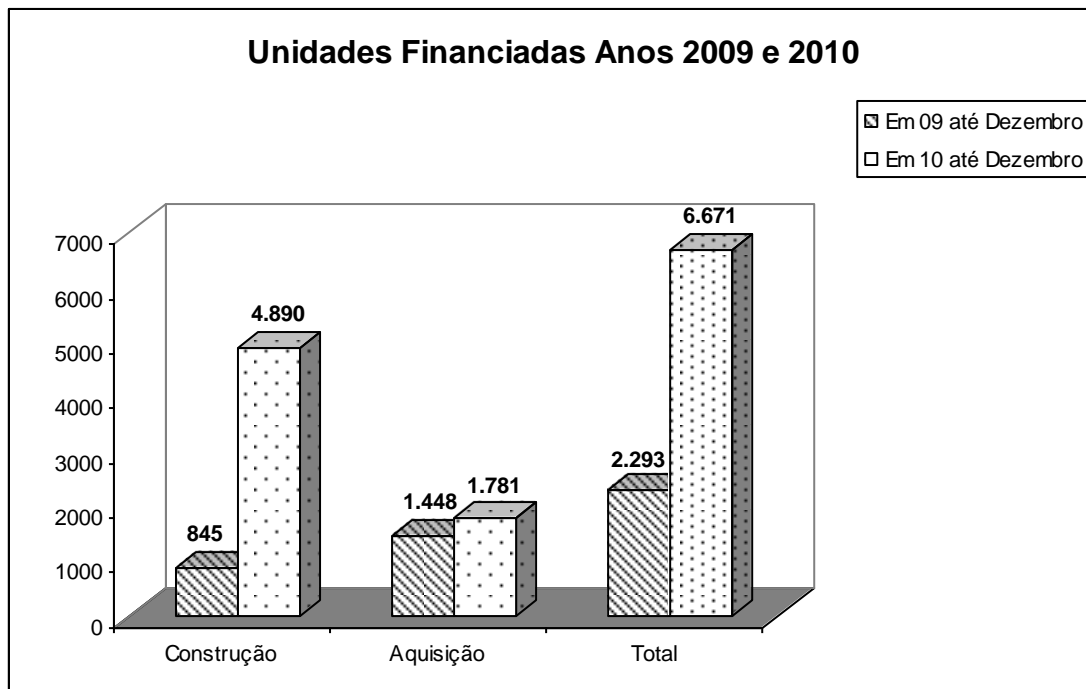
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 8
Estado do Pará.
Financiamentos Habitacionais em Valores.



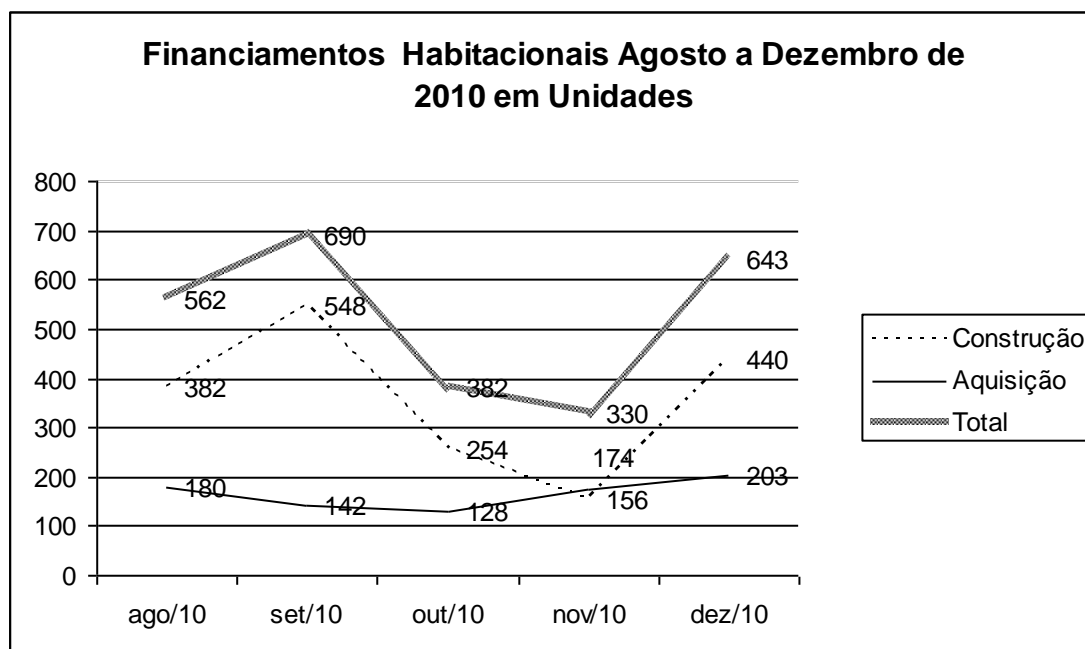
Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 7
Estado do Pará
Unidades Financiadas com recursos do SBPE
Período: até Dezembro de 2010



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 9
Estado do Pará.
Financiamentos Habitacionais em Unidades.



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.6- Minha Casa Minha Vida atinge meta de 1 milhão de moradias contratadas.

O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida conseguiu atingir a meta de um milhão de moradias contratadas até o final de 2010, de acordo com dados da Caixa Econômica Federal. Até 27/12/2010, as contratações somaram 1,003 milhão de unidades em todas as faixas de renda. Os investimentos totalizaram R\$ 52,98 bilhões (Valor Econômico 29/12/2010).

Até a primeira quinzena de dezembro as contratações atingiram 875 mil moradias populares, considerando as realizadas pela Caixa Econômica federal, pelo Banco do Brasil e as contratações nos municípios com menos de 50 mil habitantes, contabilizadas diretamente pelo Ministério das Cidades. Foram entregues 207 mil casas até 1º de dezembro.

Em números de moradias, os Estados que mais contrataram foram São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas proporcionalmente eles ficaram abaixo da média nacional, segundo dados do Ministério das Cidades. Nos três a faixa destinada as famílias com renda entre três a seis salários mínimos o desempenho foi melhor. Cinco Estados superaram a meta: Alagoas, Goiás Rio Grande do sul, Santa Catarina e Paraná. Os dois primeiros que ultrapassaram o objetivo em mais de 30% foram fortes na contratação para o grupo com renda de até três salários mínimos. O Estado do Pará contratou 26.300 unidades da meta prevista de 52 mil imóveis o que resulta em um percentual de execução de 52,58%

O programa mostrou que a iniciativa tem mais sucesso onde o setor publico tem mais poder de decisão ou seja, nos investimentos para famílias com renda de até três salários mínimos (Inês Magalhães, Secretaria de habitação do Ministério das cidades) .

Nessa faixa, o Governo Federal compra os investimentos das Construtoras e financia via Caixa, com subsidio de até R\$23.000,00. Para o comprador “Acredito também como era um mercado novo, houve uma concentração maior de esforços no setor produtivo para essa faixa, e o resultado é uma execução mais forte até o momento”, segundo Inês Magalhães.

De acordo com balanço da Caixa, as contratações dos imóveis nessa faixa de renda chegaram a 333mil moradias até o início de dezembro, 83% da meta de 400mil, resultado semelhante ao grupo de 3 a 6 mínimos, que também tinha como meta a construção de 400 mil moradias, enquanto a faixa de 6 a 10 salários mínimos, cuja meta era construir 200 mil moradias, o resultado ficou em 49%.

Mesmo nos grandes centros que sofrem escassez de áreas economicamente viáveis para os investimentos de menor renda, conseguiram avançar bastante nesse grupo. São Paulo contratou 47% de sua meta, o Rio de Janeiro 77% e Minas 83%.

Desde o início do programa, as capitais do Sudeste foram as que mais preocuparam os gestores do programa, por serem os locais, com maior concentração de déficit habitacional e ao mesmo tempo, os mais caros para se investir.

A saída encontrada pelas prefeituras e governos estaduais, foi conceder incentivos como isenções fiscais e doações de áreas, e assim reduzir os custos das construtoras. “Tivemos um trabalho forte com as prefeituras para buscar terrenos e agilidade dos projetos e com as construtoras para mostrar a atratividade desse mercado”, segundo Valter Nunes, superintendente da Caixa em São Paulo (Valor Econômico 28/12/2010).

O processo para usar os terrenos públicos, porém, costuma ser bem mais longo e complicado do que a simples compra dos imóveis particulares pelas construtoras, e isso porque agora se vê a recuperação das contratações para o público que ganha até 3 mínimos.

Quadro 19
Habitações Financiadas do programa Minha casa Minha vida
Brasil

Estados	Resultado por Estados (em mil habitações)	% da meta
Alagoas	30,2	153,0
Goiás	37,6	136,0
Rio grande do Sul	64	123,0
Santa Catarina	28,7	119,0
Paraná	49,7	112,0
Mato Grosso	12,8	95,5
Mato Grosso do Sul	10,9	89,0
Minas Gerais	75,5	85,0
Sergipe	9,5	84,0
São Paulo	150,7	82,0
Bahia	63,6	79,0
Rio Grande do Norte	13,7	71,0
Espírito Santo	11,3	67,0
Piauí	14,6	67,0
Acre	2,6	67,0
Pernambuco	28,1	63,0
Rio de Janeiro	46,3	62,0
Maranhão	39,2	54,0
Pará	26,3	52,0
Amazonas	11,2	50,0
Roraima	1,4	50,0
Paraíba	10,5	49,0
Rondônia	3,8	43,5
Tocantins	3,4	33,0
Distrito Federal	4,4	27,0
Ceará	12,3	24,0
Amapá	0,6	13,0
Total	875,00	100,0

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valor Econômico 28/12/2010)

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6 – EMPREGO FORMAL:

6.1 – Estado do Pará: Demissões superam contratações em dezembro. No acumulado do ano as estatísticas do CAGED registram um saldo recorde na geração líquida de empregos formais no Estado do Pará.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho foram criados 855 empregos formais no mês de janeiro, o que representa uma expansão de 0,83% em relação ao estoque de dezembro, mas é inferior aos empregos com carteira assinada criados no mês de janeiro de 2010, 1.680 empregos celetistas. As atividades econômicas que tiveram destaque na expansão da criação de empregos formais, foram os Serviços (1.256 postos) e Extrativa Mineral (174 vagas). Outros dois por motivos sazonais registraram cortes nos empregos formais, Construção Civil 167 vagas e Comércio 452 postos.

Entre as unidades administrativas do Estado, os empregos formais desaceleraram na Região Metropolitana de Belém com a criação de 334 postos, ante 611 vagas criadas em janeiro de 2010. Registraram expansão a Indústria da Construção Civil 402 vagas, Serviços com 395 postos e Indústria de Transformação 212 vagas.

Quadro 20
Estado do Pará
Emprego Formal
Mês de dezembro.

Ano	Saldo (contratações - desligamentos)
2005	-4.502
2006	-6.464
2007	-3.967
2008	-11.375
2009	-4.958
2010	-5.628

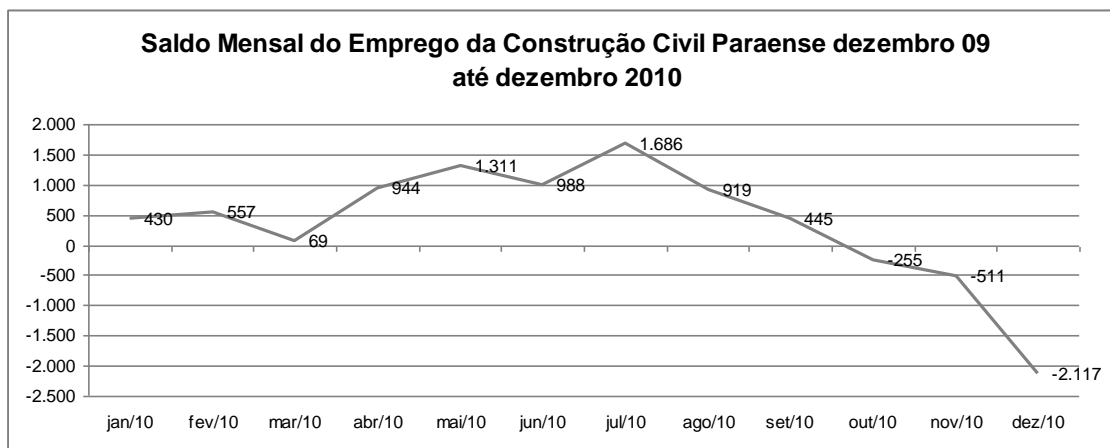
Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 21
Estado do Pará
Saldos dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)
Período Dez/10

Setores	Dez/10	%	Dez/09	%	No ano até Dez/10	No ano até Dez/09
1. Ext. Mineral	221	1,59	132	1,26	2.699	591
2. Indústria de Transf.	-1.308	-1,42	1.459	-1,59	3.429	-1.981
3. Serv. Ind. Util. Públ.	-22	-0,25	15	0,19	414	88
4. Construção Civil	-2.117	-3,41	-1.583	-2,91	8.671	-40
5. Comércio	-394	-0,23	-312	-0,20	14.914	4.507
6. Serviços	-1.293	-0,62	-805	-0,42	19.610	4.748
6.1. Com. e Adm. de imóv	-484	-1,07	-236	-0,65	7.756	746
7. Administ. Pública	-6	-0,04	-8	-0,05	56	-83
8. Agropecuária	-709	-1,66	-938	-2,16	2.504	-450
Total	-5.628	-0,92	-4.958	-0,87	52.297	7.380

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 9
Estado do Pará
Período: Dezembro de 2009 a Dezembro de 2010.



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.2 – Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense registra desaceleração na criação de empregos com carteira assinada em dezembro de 2010.

Os dados relativos ao emprego formal dos municípios (quadro 21) que representaram 82,00% no mês de novembro, do emprego celetista da Construção Civil do Estado do Pará continuaram no mês de dezembro com a mesma participação no total dos empregos formais (82,00%) da Construção Civil no Estado do Pará, com destaque para as perdas de emprego formal no mês de dezembro nos municípios de Parauapebas (-571 postos), Tucuruí (-384 postos), Belém (-428 postos) e Ananindeua (-225). Dos municípios analisados apenas o município de Barcarena manteve um volume de empregos formais quase semelhante aos que foram registrados no mês de novembro.

No acumulado de 2010, o município de Belém continuou como líder na geração de empregos com carteira assinada na Construção Civil. Segundo o CAGED a Construção Civil em Belém registrou um volume de contratações de 3.951, superior ao número de demissões de trabalhadores com carteira assinada em 2010.

Em segundo lugar veio o município de Ananindeua (criação líquida de 973 vagas), seguido pelo município de Barcarena (874 postos). O município de Marabá contabilizou a criação de 985 novos postos de trabalho formal em 2010 e o município de Castanhal (301 vagas).

Quadro 22
Estado do Pará
Ocupação dos municípios mais representativos na geração de empregos formais da
Construção Civil Paraense.
Janeiro/2011

Municípios	Ocupação total em 01.01.11 (1)	Saldo do emprego em Janeiro/2011	Saldo dos empregos formais até Janeiro/2011	Ocupação Em Janeiro/11
Belém	23.349	254	254	23.603
Ananindeua	7.148	151	151	7.299
Barcarena	3.442	5	5	3447
Castanhal	2.214	-87	-87	2.127
Marabá	5.272	-20	-20	5.252
Parauapebas	7.606	-350	-350	7.256
Tucuruí	1.121	-162	-162	959
Santarém	2.354	30	30	2.384
Paragominas	1.413	9	9	1.422
Subtotal	53.919	-170	-170	53.749
Estado do Pará(2)	62.394	-167	-167	62.227

Fonte: CAGED – MTE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(1) dezembro/2007- RAIS/MTE

(2) corresponde aos valores dos 143 municípios do Estado do Pará.

6.3 – Região Metropolitana de Belém: As demissões superaram as contratações em dezembro na Região Metropolitana de Belém. No acumulado do ano de 2010 as estatísticas de emprego formal da Região Metropolitana de Belém registram recorde na geração líquida de empregos (contratações – desligamentos).

Os dados do CAGED relativos a Região Metropolitana de Belém no mês de dezembro revelaram que as contratações foram superadas pelas demissões, resultando em perdas de 1.875 postos com carteira assinada. Tiveram saldos líquidos positivos (contratações - desligamentos) no mês de dezembro, o Setor Serviços com (-877) empregos celetistas, em seguida Construção Civil (-673 vagas). A Indústria de Transformação contabilizou cortes de (-449 vagas). Apenas o Comércio teve destaque com a criação de (140 vagas celetistas), enquanto a Agropecuária com (13 postos) e Administração Pública com (2 vagas) se mantiveram estáveis.

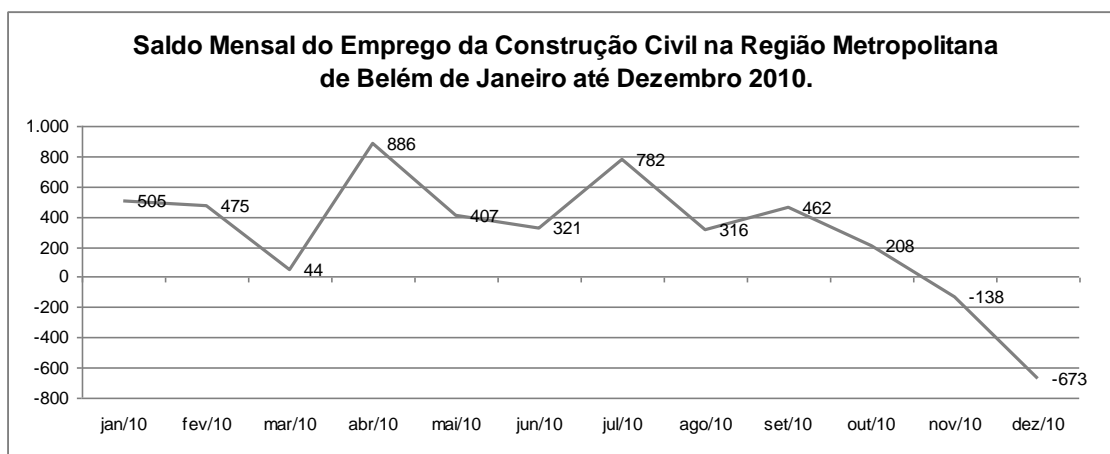
No acumulado do ano até dezembro o Setor Serviços liderou a geração líquida de empregos com (10.463 vagas). Em seguida o Comércio com (7.375 vagas) e a Indústria de Transformação com (989 vagas). Teve perdas no acumulado do ano a Construção Civil com (5.478 postos formais), inferior as vagas criadas no ano de 2009, (1.778).

Quadro 23
Região Metropolitana de Belém
Saldo dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)
Período Dez/10

Setores	Dez/10	%	Dez/09	%	No ano até Dez/10	No ano até Dez/09
1. Extrativa. Mineral	-5	-1,43	2	0,70	58	33
2. Ind. Transf	-449	-1,58	-1.266	-4,50	989	-917
3. Serv. Ind. Util. Pública	-26	-0,49	13	0,27	245	68
4. Construção Civil	-673	-2,22	-535	-2,23	-5.488	1.778
5. Comércio	140	0,16	199	0,24	7.375	3.081
6. Serviços	-877	0,59	-453	-0,32	10.463	4.175
6.1. Comércio e adm. de imóveis	-590	-1,92	-270	-1,06	3.598	490
7. Adm. Púb.	2	0,06	-6	-0,12	142	22
8. Agropecuária	13	0,31	-31	-0,65	-98	-235
TOTAL	-1.875	-0,61	-2.077	-0,72	24.662	7.869

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 10
Estado do Pará
Período: Janeiro até Dezembro de 2010.



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.4 - Situação dos saldos de emprego no ano de 2010, acumulado até o mês de novembro de 2010, na Construção Civil paraense por cargo, segundo municípios de maior relevância na geração de empregos formais.

A pesquisa mensal do CAGED que registra a evolução dos trabalhadores por cargo, evidencia os cargos com saldos líquidos positivos (admissão menos desligamentos), no período de janeiro a dezembro de 2010, nos seguintes municípios:

Belém: Servente de Obras 1.705, Almojarife 19, Auxiliar de escritório 34, Pintor 71, Armador de estrutura de concreto 36, auxiliar de escritório 18 e Técnico em segurança do trabalho 29 Eletricista de instalações (edifícios) 59.

Ananindeua: Servente de Obras 387, Pedreiro 34, Carpinteiro 27, eletricista de instalações 13 e Almojarife 10.

Barcarena: Servente de Obras 257, Armador de estrutura de concreto 34, Carpinteiro 37, Soldador 34, auxiliar de escritório 16, e Técnico de segurança do trabalho 14.

Castanhal: Servente de Obras 51, Eletricista de instalações 67, Pintor 26 e auxiliar de escritório 6.

Marabá: Servente de obras 202, Montador de estrutura metálica 49, instalador hidráulico predial 39, Eletricista de Instalações 38, pintor 38 e Auxiliar de escritório 22.

Parauapebas: Servente de Obras 828, Armador de estrutura de concreto 270, Técnico de segurança do Trabalho 16 e Carpinteiro 90.

Tucuruí: Servente de obras 34 e Pintor 4.

As categorias de ocupação com maior influencia negativa na formação dos empregos formais da Construção Civil, por municípios:

Belém: Pedreiro -313, Vigia -70, Mestre de Obras -58 e Carpinteiro -25.

Ananindeua: Instalador hidráulico predial -57, Eletricista de manutenção eletroeletronica -91 e auxiliar de escritório -20.

Barcarena: Montador de estrutura metálica -37.

Castanhal: Pedreiro -46 e carpinteiro -17

Marabá: Armador de estrutura de concreto -237 e Pedreiro -7.

Parauapebas: Eletricista de instalações -232 Montador de estrutura metálica -290 Soldador -46, Pedreiro -58 e Técnico de Obras civil -20eMotorista Operacional de Guincho -13.

Tucuruí: Pedreiro -205, carpinteiro -282, Soldador -118, Mestre de Obras -81, auxiliar de escritório -75 e Vigia -31.

Quadro 24

Perfil do Emprego na construção paraense, segundo municípios maiores geradores de emprego. Saldos por cargos (admissão – desligamentos).
2010 – Acumulado até dezembro.

CBO	Cargo	Belém	% (1)	Ananind	% (1)	Barcare	% (1)	Castan	% (1)	Marabá	% (1)	Parauap	% (1)	Tucuru	% (1)
414105	Almoxarife	19	0,08	10	0,14	-		-		-		-		-	
715305	Armador de estr. de conc	36	0,15	-		34	0,99	-		-237	-4,50	270	3,55	-16	-1,43
411005	Aux. De Escritório	18	0,08	-20	-0,28	16	0,46	6	0,27	22	0,42	-1	-0,01	-75	-6,69
715505	Carpinteiro	-25	-0,11	27	0,38	37	1,07	-17	-0,77	1	0,02	9	0,12	-282	-25,16
715615	Eletricista de instalações	59	0,25	13	0,18	3	0,10	67	3,03	38	0,72	-232	-3,05	-2	-0,18
951105	Eletricista de mant. Eletro eletr.	1	0,004	-91	-1,27	-		-		-		-		-	
214205	Engenheiro Civil	-		-		-		-		-		-		-	
724110	Instalador Hid. Predial	15	0,06	-57	-0,80	-		-		39	0,36	-		-	
710205	Mestre de obras	-58	0,25	-		4	0,12	-2	-0,09	-		-		-81	-7,23
724205	Montador de estr. metálica	-		-		-37	-1,07	-		49	0,93	-290	-3,81	-4	-0,36
782515	Motorista oper. guincho	-		-		-		2	0,09	-		-13	-0,17	-	
715115	Operador de escavadeira	-		-		-		-		-		-5	-0,07	-	
716610	Pintor	71	0,30	2	0,03	-		26	1,17	38	0,72	-		4	0,36
715210	Pedreiro	-313	-1,34	34	0,48	8	0,23	-46	-2,08	-7	-0,13	-58	-0,76	-205	-18,29
717020	Servente de obras	1.705	7,30	387	5,41	257	7,47	51	2,30	202	3,83	828	10,89	34	3,03
724315	Soldador	-		-		34	0,99	-		8	0,15	-46	-0,60	-118	-10,53
351605	Técnico Seg. Trabalho	29	0,12	3	0,04	14	0,41	-1	-0,05	-		16	0,21	-	
312105	Técnico de Obras Cíveis	-		-		-		-		-		-		-	
517420	Vigia	-70	-0,30	-7	-0,10	-		-21	-0,95	8	0,15	-21	-0,28	-31	-2,77

Fonte: M T E – CAGED.1

Sistematização e Elaboração: Sinduscon - Pará.

(1) Variação em relação ao total da ocupação do setor no mês anterior.

(...) Dados não disponíveis.

7 – INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM.

- ADEMI – Associação de Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário
- CELPA – Rede Energia
- CREA – Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.
- SINE/SETER – Serviço Nacional de Emprego
- SEURB – Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Belém.
- SEBRAE.